



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS BOA VIAGEM

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM
AGROPECUÁRIA**

BOA VIAGEM– CE
2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS BOA VIAGEM

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

José Wally Mendonça Menezes

Pró-reitora de Ensino

Cristiane Borges Braga

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Joélia Marques de Carvalho

Pró-reitora de Extensão

Ana Cláudia Uchôa Araújo

Pró-reitor de Gestão de Pessoas

Marcel Ribeiro Mendonça

Pró-reitor de Administração e Planejamento

Reuber Saraiva de Santiago

COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO PORTARIA
PORTARIA Nº 1200/GAB-BVG/DG-BVG/BOA VIAGEM, DE 27 DE FEVEREIRO DE
2024

Jéssica Maria de Paiva Abreu Teixeira – **Docente - Presidente**

Ana Gláudia Vasconcelos Catunda – **Docente – Membro**

Denise Vieira Vasconcelos – **Docente – Membro**

Igo Renan Albuquerque de Andrade – **Docente – Membro**

Valdenio Mendes Mascena – **Docente – Membro**

Leonardo Ferreira da Silva – **Técnico em Assuntos Educacionais – Membro**

Osmélia Olinda de Oliveira Almeida – **Bibliotecária – Membro**

Sumário

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
	Identificação da Instituição de Ensino	6
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	7
3	Justificativa	9
4	Fundamentação Legal	11
5	Objetivos	12
5.1	Objetivo Geral	12
5.2	Objetivos Específicos	13
6	Requisitos e Formas de Acesso	13
7	Perfil Profissional de Conclusão do Curso	14
8	Metodologia de ensino	14
9	Organização Curricular	15
10	Matriz Curricular	17
10.1	Fluxograma Curricular	19
10.2	Detalhamento dos Componentes Curriculares	19
11	Avaliação da Aprendizagem e Recuperação	21
11.1	Da Reprovação	23
12	PRÁTICA PROFISSIONAL	23
12.1	Estágio não obrigatório	24
12.2	Projeto de Ensino	25
12.3	Projetos de pesquisa, inovação e extensão	25
13	CrITÉrios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores	31
14	emissão de diploma	32
15	Avaliação do Projeto de curso	32
16	Atuação do coordenador do curso	33
17	EstratÉgias de Apoio ao Discente	34

17.1	Equipe Multidisciplinar	34
18	Corpo docente	35
19	Corpo técnico administrativo	36
20	INFRAESTRUTURA	37
20.1	Infraestrutura Física e Recursos Materiais.....	38
20.1.1	Biblioteca	38
20.2	Infraestrutura de Laboratórios	41
20.2.1	Laboratório de Anatomia, Fisiologia e Reprodução Animal	41
20.2.2	Laboratório de Processamento de Produtos de Origem Animal	41
20.2.3	Laboratório multidisciplinar de Química e Biologia Geral.....	41
20.2.4	Laboratório de Informática.....	42
20.2.5	Laboratório de Bromatologia e Nutrição Animal do Sertão Central - LABNAS	42
20.2.6	Setor de Meliponicultura	42
20.2.7	Setor de Forragicultura	43
20.2.8	Centro de Inovação e Difusão de Tecnologias para o Semiárido.....	43
21	Acessibilidade do campus.....	44
22	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – campus BoaViagem		
CNPJ: 10.744.098/0031-60		
Endereço: Rod. Pres. Juscelino Kubitschek, BR 020, KM 209 CEP: 63870-000		
Cidade: Boa Viagem	UF: CE	Telefone Ensino: (85) 3401-2235 Telefone Direção Geral: (85) 3401-2237
E-mail: gabinete.boaviagem@ifce.edu.br / ouvidoria@ifce.edu.br		
Página Institucional na Internet: http://www.ifce.edu.br/boaviagem		

Informações Gerais do Curso

Denominação	Técnico Subsequente em Agropecuária
Titulação Conferida	Técnico Subsequente em Agropecuária
Nível	Médio técnico
Modalidade	Presencial
Duração	Três semestres (1 ano e meio)
Turno de Funcionamento	Noturno
Periodicidade	Semestral
Formas de ingresso	Seleção Pública pela própria instituição
Número de vagas por semestre	40 vagas
Início do Funcionamento	2024.1
Carga horária dos componentes curriculares	1040 horas
Prática Profissional	160 horas
Carga Horária Total	1200 horas
Sistema de carga horária	1 crédito = 20 horas
Duração da hora-aula	Conversão da hora aula de 50 (cinquenta) minutos para hora - relógio de 60 (sessenta) minutos. (Instrução Normativa Nº16/2023)
Coordenador do Curso	Jéssica Maria de Paiva Abreu Teixeira

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma Instituição Tecnológica que tem como marco referencial de sua história a evolução contínua com crescentes indicadores de qualidade. A sua trajetória corresponde ao processo histórico de desenvolvimento industrial e tecnológico da Região Nordeste e do Brasil.

Nossa história institucional inicia-se no século XX, quando o então Presidente Nilo Peçanha cria, mediante o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, com a inspiração orientada pelas escolas vocacionais francesas, destinadas a atender à formação profissional aos pobres e desvalidos da sorte. O incipiente processo de industrialização passa a ganhar maior impulso durante os anos 40, em decorrência do ambiente gerado pela II Guerra Mundial, levando à transformação da Escola de Aprendizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza, no ano de 1941 e, no ano seguinte, passa a ser chamado de Escola Industrial de Fortaleza, ofertando formação profissional diferenciada das artes e ofícios orientada para atender às profissões básicas do ambiente industrial e ao processo de modernização do País.

O crescente processo de industrialização, mantido por meio da importação de tecnologias orientadas para a substituição de produtos importados, gerou a necessidade de formar mão de obra técnica para operar esses novos sistemas industriais e para atender às necessidades governamentais de investimento em infraestrutura. No ambiente desenvolvimentista da década de 50, a Escola Industrial de Fortaleza, mediante a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, ganhou a personalidade jurídica de Autarquia Federal, passando a gozar de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, incorporando a missão de formar profissionais técnicos de nível médio.

Em 1965, passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará e em 1968, recebe então a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará, demarcando o início de uma trajetória de consolidação de sua imagem como instituição de educação profissional, com elevada qualidade, passando a ofertar cursos técnicos de nível médio nas áreas de Edificações, Estradas, Eletrotécnica, Mecânica, Química Industrial, Telecomunicações e Turismo.

O contínuo avanço do processo de industrialização, com crescente complexidade tecnológica, orientada para a exportação, originou a demanda de evolução da Rede de Escolas Técnicas Federais, já no final dos anos 70, para a criação de um novo modelo institucional, surgindo então os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET's.

A partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passou a denominação de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu. Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e

tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com práticas pedagógicas.

O IFCE *campus* Boa Viagem está localizado na mesorregião dos Sertões Cearenses, Microrregião, Sertão de Canindé, municípios limítrofes, Norte: Santa Quitéria, Leste: Madalena e Quixeramobim, Sul: Pedra Branca, Oeste: Monsenhor Tabosa, Tamboril e Independência. Distância até a capital, 217 km, Área: 2 836,774 km². Densidade, 18,51 hab/km². Altitude 275 m. Clima, Semiárido. O município de Boa Viagem possui uma população de aproximadamente 53.000 mil habitantes (IBGE, 2010), com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 5,2, nos primeiros anos da educação fundamental e com Índice de Desenvolvimento Humano municipal de 0,598.

O *campus* de Boa Viagem do Instituto Federal do Ceará (IFCE) teve a sua pedra fundamental lançada numa sexta-feira, 14 de fevereiro de 2014, marcando o início das obras de construção da unidade, que foi instalada no km 209 da BR-020, na localidade de Anafuê. O prédio tem um bloco administrativo, um bloco didático com 10 salas de aula e 10 laboratórios, uma biblioteca, um auditório com capacidade para 200 pessoas, uma cantina e uma praça de convivência. A área total construída é de 4.200 m². O valor da obra foi orçado em R\$ 8 milhões.

O *campus* de Boa Viagem, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), foi inaugurado em 09 de maio de 2016. Antes, porém, aconteceram algumas reuniões para a definição dos cursos. A primeira reunião, sob a organização dos servidores do IFCE, Míriam Brasil e do servidor Ricardo Liarth. A reunião ocorreu na sala da secretária de educação do município. Estavam presentes, o prefeito, dois vereadores, secretária de educação e a chefe de gabinete do prefeito. Naquela ocasião ficou definido que ficaria a cargo da secretaria de educação a elaboração de uma enquete para que a comunidade tivesse conhecimento dos eixos e seus respectivos cursos para uma escolha democrática.

A secretária de educação promoveu uma reunião com representantes da sociedade civil para discutirem a escolha dos cursos. Naquela ocasião, ficaram definidos os eixos a serem trabalhados em plenária. Com a participação da servidora Míriam Brasil e do servidor Ricardo Liarth, além de outros servidores do IFCE *campus* Tauá.

A Solenidade (plenária) aconteceu no dia 26 de novembro, contou com a participação do Reitor do IFCE, Virgílio Augusto Sales Araripe; do prefeito de Boa Viagem, Fernando Assef, além de outras autoridades municipais, membros da comunidade local, estudantes e professores e ainda contou com a presença de servidores do IFCE *campus* Tauá.

O pró-reitor de Ensino do IFCE, Reuber Saraiva, conduziu os trabalhos da audiência pública e, após o debate e esclarecimento a cerca das ofertas, a comunidade apontou os cursos técnicos em Informática e Redes de Computadores e tecnologia em Análise de Desenvolvimento de Sistemas, no eixo de Informação e Comunicação; os cursos técnicos em Agropecuária, Agronegócio e tecnologia em Agroecologia, no eixo de Recursos Naturais; os cursos técnicos em Edificações, Desenho da Construção Civil e tecnologia em Construção de Edifícios, no Eixo de Infraestrutura; além do curso de Licenciatura em Química. No entanto os cursos serão implantados gradativamente.

O *campus* do IFCE de Boa Viagem, receberá alunos de várias outras regiões, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação (MEC), e outros processos seletivos para os cursos técnicos.

Ressalte-se, que o *campus* do Instituto Federal do Ceará (IFCE) do município do Boa Viagem, iniciou suas atividades em agosto de 2016. A unidade foi oficialmente inaugurada no dia 09 de maio de 2016, em Brasília, pela presidente Dilma Rousseff, em um evento do Ministério da Educação, com a participação do Reitor do IFCE, Virgílio Augusto Sales Araripe e do Diretor do *campus* de Boa Viagem, João Paulo Arcelino Rego.

3 JUSTIFICATIVA

As constantes transformações na economia global, principalmente no setor agropecuário, com a modernização no campo e a introdução de novas tecnologias, requerem profissionais com competências e habilidades que atendam as demandas emergentes do mercado de trabalho com capacidade especial de promover a sustentabilidade do sistema produtivo e alavancar o crescimento local e regional.

O estado do Ceará, ao longo dos anos, vem conquistando espaço no cenário agropecuário nacional e internacional nos diferentes setores produtivos. Detém tecnologia de ponta nos diversos segmentos da produção agrícola e pecuária, além de contar com a vantagem geográfica da proximidade da linha do equador apresentando uma temperatura média estável nas regiões de serra e sertão, o que possibilita maximizar a quantidade de safras anuais, destacando-se a fruticultura irrigada e a aquicultura. Além do mais, o estado possui o menor “*transit-time*” do Brasil para os principais países da Europa, Estados Unidos e África.

Os Governos Federais e Estaduais vêm ao longo dos anos investindo na infraestrutura viária, portuária e aeroportuária para garantir melhor qualidade dos produtos que chegam ao exterior melhorando e ampliando a malha viária e ferroviária. Os portos do Pecém e do Mucuripe destacam-se como os maiores portos exportadores de frutas do Brasil. O Aeroporto Internacional de Fortaleza, por sua vez, possui infraestrutura moderna, câmaras refrigeradas para pescado, flores e frutas, o que facilita a exportação de produtos diretamente para Europa e Estados Unidos.

Na produção agrícola e pecuária, o estado do Ceará destaca-se nos seguintes setores: fruticultura nos perímetros irrigados com crescente produção de frutas (caju, melancia, bacaxi, banana, melão, mamão, limão, goiaba, acerola, etc.); agricultura familiar; produção de grãos; bovinocultura leiteira nas regiões de Quixeramobim, Médio Jaguaribe, Fortaleza, Alto Salgado, Sobral, Crateús e Cariri; produção de caprinos e ovinos; exportação de mel de abelha; aquicultura com destaque para a produção de peixe em tanques, redes e a carcinicultura; a agroindústria e mais recentemente a produção de flores.

Esse crescimento acentuado dos setores agrícola e pecuário cearense vem demandando profissionais com formação técnica de qualidade que conheça e possa atuar em todos os segmentos da

cadeia produtiva.

Outro aspecto que norteou a decisão institucional foi o aumento do contingente escolar no ensino médio. As estatísticas revelam uma tendência de forte aceleração da demanda reprimida e candidatos à matrícula em cursos de técnicos em toda a região de abrangência.

Na realidade específica do município de Boa Viagem e microrregião atendida pelo IFCE *campus* Boa Viagem há diversas escolas de ensino médio regular, estadual, sendo um potencial de oferta de alunos para o Curso Subsequente em Agropecuária.

Quadro 1 – Municípios limítrofes da Cidade de Boa Viagem e suas respectivas quantidades de escolas de ensino médio.

Cidade	Número de Escolas Estaduais de Ensino Médio
Boa Viagem	3
Independência	3
Itatira	2
Madalena	2
Monsenhor Tabosa	4
Pedra Branca	3
Tamboril	3
Quixeramobim	5
TOTAL	25

Fonte: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo/>

No Ceará, destaca-se a produção de feijão, milho, arroz, algodão herbáceo, algodão arbóreo, castanha de caju, cana-de-açúcar, mandioca, mamona, tomate, banana, laranja, coco e, mais recentemente, a uva. Tem crescido, ainda, um pólo de agricultura irrigada, dirigida principalmente à exportação, em áreas próximas à Chapada do Apodi, dedicando-se especialmente ao cultivo de frutas. Além desses, o cultivo de flores tem ganhado importância especial na Cuesta da Ibiapaba. Na pecuária, destacam-se os bovinos, suínos, caprinos, equinos, aves, asininos, carcinicultura e ovinos.

Boa Viagem é conhecida por ter sua vocação produtiva de culturas agrícolas e criação de animais. Da criação de animais, destaca-se, a criação de bovinos que segundo fonte do senso agropecuário (IBGE, 2010) registrou a quantidade de 36.646 cabeças. Contando ainda com a 2834 estabelecimentos agropecuários, criadores de caprinos e ovinos.

A moderna organização do setor produtivo está a demandar do trabalhador competências que lhes garantam maior mobilidade dentro de uma área profissional, não se restringindo apenas a uma formação vinculada a um posto de trabalho. Dessa forma, o profissional tem que adquirir competências transferíveis ancoradas em bases científicas e tecnológicas e com a perspectiva evolutiva de sua formação, seja pela ampliação, seja pelo enriquecimento e transformação de seu trabalho.

Diante desse desafio, O IFCE *campus* Boa Viagem, busca a formação do técnico numa perspectiva de totalidade, o que significa recuperar a importância de trabalhar com os alunos os fundamentos científico-tecnológicos pertinentes a agropecuária. A intenção desta proposta é concretizar uma formação técnica que incorpore trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que devem transversalizar todo o desenvolvimento curricular.

Visando responder às demandas por profissionais que atendam à necessidade do mundo do trabalho emergente no estado e contribuindo, substancialmente, para a qualidade dos serviços oferecidos nesta área em nossa região, o IFCE *campus* Boa Viagem, propõe-se a oferecer o Curso Técnico Subsequente em Agropecuária, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à população.

Este projeto está fundamentado nas bases legais e nos princípios norteadores explicitados na LDB nº.9394/96 e no conjunto de leis, decretos, pareceres e referências curriculares que normatizam a Educação Profissional no sistema educacional brasileiro, bem como nos documentos que versam sobre a integralização destes dois níveis que têm como pressupostos a formação integral do profissional cidadão.

4 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Para a construção da proposta curricular para o Curso Subsequente em Agropecuária, foram observados os seguintes preceitos legais:

- Resolução RESOLUÇÃO Nº 60, DE 04 DE OUTUBRO DE 2022, documento norteador dos cursos técnicos do IFCE;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria o Instituto Federal do Ceará e dá outras providências;
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Regulamento da Organização Didática do IFCE (ROD);

- Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE (PDI);
- Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- Resolução Consup que estabelece os procedimentos para criação, suspensão e extinção de cursos no IFCE;
- Resolução Consup nº 028, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Manual de Estágio do IFCE;
- Resolução nº 1, de 5 de dezembro de 2014. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências;
- Resolução nº 01, de 05 de janeiro de 2021 que define as diretrizes curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
- Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003. Alterando a redação do art. 26, § 3º, e do art.92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, trata da Educação Física, integrada à proposta pedagógica da instituição de ensino, prevendo os casos em que sua prática seja facultativa ao estudante;
- Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Trata do processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria;
- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro;
- Resolução CNE/CEB nº 02, de 15 de Dezembro de 2020 que aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
- Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 e dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Resolução nº 11, de 21 de fevereiro de 2022 que aprova a normatização da Prática Profissional Supervisionada (PPS) da educação profissional técnica de nível médio e dos cursos de especialização técnica de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE;
- Instrução Normativa IFCE Nº 16, de 07 de julho de 2023.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral

Formar sujeitos críticos e reflexivos para atuar na sociedade com habilidades profissionais para

desempenhar atividades técnicas na área de Agropecuária, atendendo à demanda produtiva local e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

5.2 Objetivos Específicos

- Promover o desenvolvimento da capacidade de resolver problemas e trabalharem equipe;
- Promover o desenvolvimento integral em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual, político e social;
- Criar condições dos estudantes ingressarem no mercado de trabalho; Incentivar o protagonismo juvenil para a participação e intervenção social;
- Oportunizar condições para a construção de competências necessárias para o desenvolvimento eficiente e eficaz das habilidades inerentes ao Técnico em Agropecuária;
- Oferecer subsídios para manuseio adequado dos equipamentos requeridos pela sua área de trabalho;
- Promover o desenvolvimento de atitudes positivas para a mudança, tendo em vista os permanentes desafios que impõem o mundo produtivo, as flutuantes condições dos mercados e as inovações tecnológicas.

Dessa forma, os objetivos estão alinhados com o perfil profissional prevista na Resolução CNE/CEB nº 02, de 15 de Dezembro de 2020 que aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Curso Técnicos.

6 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O acesso ao Curso Técnico Subsequente em Agropecuária dar-se-á por meio de processo seletivo, aberto ao público (exame de seleção e/ou análise do histórico escolar), para candidatos que tenham concluído o Ensino Médio.

As inscrições para o processo seletivo serão estabelecidas em edital, no qual constarão os respectivos números de vagas a ofertar, os prazos de inscrição, a documentação exigida para inscrição, os instrumentos, os critérios de seleção e demais informações úteis.

O preenchimento das vagas será efetuado por meio dos resultados obtidos pelos candidatos no processo seletivo. Será permitida a transferência de candidatos de acordo com a disponibilidade de vagas regida pelo Regulamento da Organização Didática (ROD) previsto na seção II – Do ingresso de diplomados e transferidos, artigo 49 e 50.

O IFCE *campus* Boa Viagem ofertará semestralmente 40 vagas para ingresso no Curso Técnico Subsequente em Agropecuária, destinadas aos candidatos com melhor desempenho no exame de seleção, sob o parâmetro classificatório.

7 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO

O profissional estará apto para assessorar e desenvolver ações de planejamento, organização, direção e controle, organizando projetos na agropecuária, de acordo com os princípios éticos, humanos, sociais e ambientais. Deverá compreender atividades de produção animal, vegetal, paisagística de forma sistemática, visando a qualidade e a sustentabilidade econômica, ambiental e social. Aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos. Elaborar laudos, perícias, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias. Avaliar e auxiliar na tomada de decisões nas áreas pessoal, financeira, econômica, patrimonial e outras afins.

8 METODOLOGIA DE ENSINO

As metodologias de ensino adotadas pelo curso devem priorizar as práticas pedagógicas que valorizem:

- i. As capacidades e os conhecimentos prévios dos discentes, podendo estes ser observados pelos professores durante os primeiros dias de aula em avaliação diagnóstica da aprendizagem;
- ii. As capacidades e a progressiva autonomia dos discentes com necessidades específicas;
- iii. Os valores e a concepção de mundo dos discentes;
- iv. Os diferentes ritmos de aprendizagem dos discentes, para que possam ser traçadas estratégias de forma mais consciente visando à superação e ou minimização de possíveis dificuldades de aprendizagem;

A relação teoria-prática como forma de contribuir na facilitação da aprendizagem dos estudantes, bem como propiciar-lhes a aquisição de conhecimentos sólidos;

- i. A cultura específica dos discentes, referente a seu pertencimento social, étnico-racial, de gênero, etário, religioso e de origem (urbano ou rural). Tais aspectos podem ser trabalhados no dia a dia de sala de aula independentemente das disciplinas, como por exemplo, no desenvolvimento da relação professor-aluno e na postura docente diante dos diversos comportamentos apresentados em sala de aula. A questão cultural citada acima poderá ser trabalhada também por meio da interdisciplinaridade e/ou transversalidade;
- ii. O trabalho coletivo entre docentes e equipe pedagógica, por meio da realização

de trabalhos pedagógicos, a saber: a realização de eventos socioculturais e científicos; a realização de acompanhamento individual do desempenho da aprendizagem dos alunos; a realização de conselhos de classe (ver fundamentação sobre conselhos de classe nos anexos); a realização de trabalho de acompanhamento do aluno via família, entre outros que a equipe julgar necessário;

- iii. O diálogo entre instituição e comunidade, na tentativa de estreitar a relação entre família, alunos e instituição, valorizando a credibilidade da instituição e fortalecendo parceria entre a família e o IFCE;
- iv. O uso de diferentes estratégias didático-metodológicas: seminários, debates, atividades em grupo, experiências, pesquisas, atividades individuais, projetos de trabalho, estudos dirigidos, atividades práticas, visitas técnicas, mídias, entre outras.

No que se refere as atividades não presenciais devem ser planejadas pelo professor da disciplina, podendo a execução ser feita pelos alunos de forma individual e/ou em grupo. De acordo com o Art. 7 da Nota Técnica Nº 16, são exemplos de atividades não presenciais.

1. Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos;
2. Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos;
3. Estudo de caso, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.

Estas atividades serão registradas no 5º ou 6º horário entre o final do turno da tarde e início do turno da noite, sendo que esses horários devem ser previamente (antes do início de cada período letivo) combinados e acordados entre os docentes do curso para não ocorrer choque de horário de aluno ou de professor.

Considera-se que as metodologias planejadas neste PPC promovem uma aprendizagem ativa e construtiva para os discentes do curso, convidando-os a serem protagonistas do processo de suas aprendizagens, alinhando a teoria com a prática, o rigor científico e técnico profissional, além da inserção do percurso formativo ampliado que promove o desenvolvimento formativo integral do aluno.

9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso Técnico Subsequente em Agropecuária do IFCE *campus* Boa Viagem, assumirá a modalidade Presencial com implementação da conversão das horas-aulas de 50 (cinquenta) minutos para hora-relógio de 60 (sessenta) minutos, conforme Instrução Normativa IFCE nº16 de 07 de julho de 2023. Esta carga-horária e componentes curriculares estão distribuídos em 3 semestres.

O saber técnico deve, também, relacionar-se com o social e o momento histórico, ou seja, com

o significado do conhecimento e da ação dele decorrente. Deve manter suas características em termos de operações cognitivas correspondentes à observação, à resolução de problemas, à comprovação de hipóteses, mas deverá ir além, explicitando o contexto social e institucional em que esse saber é produzido, permitindo dessa forma superar suas limitações conceituais e metodológicas e oferecer aos alunos as bases para um saber contextualmente situado e potencialmente capaz de ser transformado.

De acordo com a proposta curricular do ensino técnico que tem como objetivo formar profissionais competentes, não só para ocuparem seus espaços no mundo do trabalho, mas como pessoas detentoras de potencial intelectual, para a partir da realidade, desenvolverem novas práticas que levem a sua transformação. Um técnico que se coloque na situação de cidadão de uma sociedade capitalista em desenvolvimento, e nesse quadro, reconhecer que tem um amplo conjunto de competências que poderão ser dinamizadas se ele agir de forma inventiva, usando a criatividade.

Portanto, a organização curricular aqui apresentada atenderá ao objetivo delineado anteriormente, em especial ao perfil esperado do egresso, proporcionando um sólido conhecimento teórico em consonância com a práxis profissional na área, por meio de metodologias e atividades laboratoriais, incentivo à pesquisa bibliográfica e atividades complementares.

A educação é considerada como o mais dinâmico fator de desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos, tanto pelo estímulo sócio-econômico que representa, como pelo papel criador e multiplicador de tais conhecimentos.

Nesse sentido, o processo de formação, envolve a concepção e execução de novos processos e produtos os quais exigem conhecimento científico e tecnológico integrados, de modo que os profissionais criadores e/ou executores gerem tecnologias e sejam capazes de interpretá-las e executá-las, eficazmente.

Assim, o ensino técnico subsequente deverá proporcionar conhecimentos teóricos associados ao envolvimento do aluno com atividades de pesquisa, de modo a familiarizá-lo com trabalho de inovação, sem prejuízo do contido aprendido com a experiência prática.

A matriz curricular do curso Técnico Subsequente em Agropecuária do IFCE *campus* Boa Viagem foi elaborada a partir de estudos sobre a organização e dinâmica do setor produtivo, do agrupamento de atividades afins da economia, dos indicadores e das tendências futuras dessas atividades e seguindo a matriz de referência disposta na RESOLUÇÃO CONSUP-IFCE Nº 102, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

O perfil profissional associado a essa matriz, foi definido considerando as demandas da sociedade em geral e do mundo do trabalho, bem como os procedimentos metodológicos que dão sustentação à construção de referido perfil.

A carga horária dos componentes curriculares garante uma formação sólida e consistente dos conhecimentos exigidos para a formação do técnico em Agropecuária e está organizada de acordo com os conhecimentos científico-tecnológico e humanístico, totalizando 1.200 horas destinadas à formação profissional específica em Agropecuária sendo 160 horas de práticas profissionais.

Considera-se, ainda, na carga horária das disciplinas do curso técnico Subsequente em

Agropecuária a conversão das horas-aula de 50 (cinquenta) minutos para 60 (sessenta) minutos conforme descritas no quadro na matriz curricular do curso e no Plano de Unidade Didática (PUD) das disciplinas.

Conforme a Instrução Normativa Nº 16 de 07 de julho de 2023, essa conversão carga horária nos cursos noturno exige a realização do registro de informações sobre a implementação das atividades não presenciais, uma vez que 50 (cinquenta) minutos deve ser destinados à realização de aulas presenciais com a participação do aluno e professor, enquanto que os 10 (dez) minutos adicionais serão cumpridos por discente e docente, por meio de atividades não presenciais, estas atividades estão previstas no tópico metodologia e nos PUDs das disciplinas.

10 MATRIZ CURRICULAR

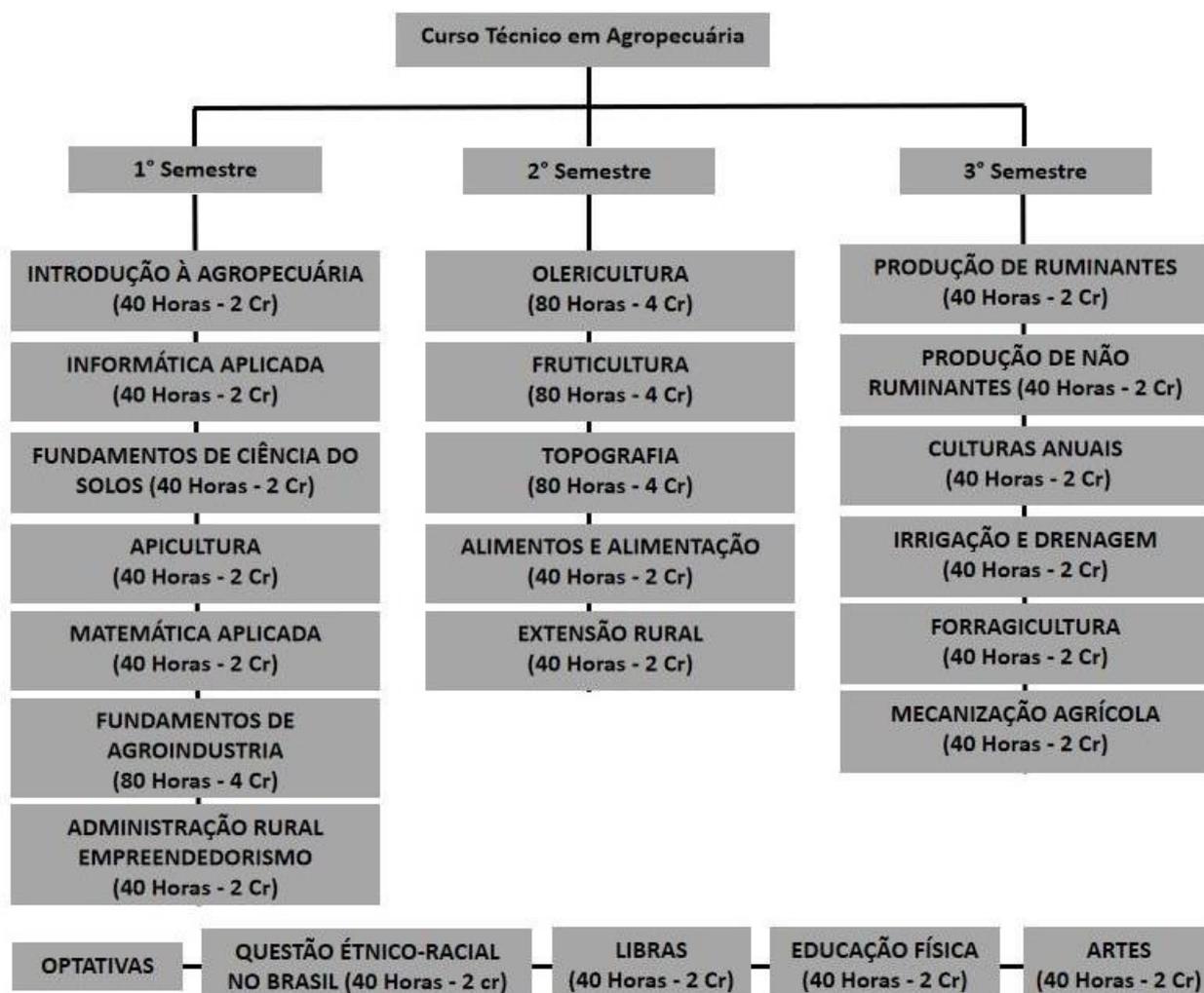
De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Técnico, foi proposta uma matriz curricular, com o objetivo de desenvolver as competências, habilidades e atitudes previstas neste Projeto Pedagógico de Curso como sendo necessárias para o perfil de conclusão do curso Técnico Subsequente em Agropecuária.

A matriz curricular foi elaborada a partir de estudos sobre a organização e dinâmica do setor produtivo e de serviços, do agrupamento de atividades afins da economia, dos Indicadores e das tendências futuras dessas atividades, resultado da reflexão sobre a missão, concepção, visão, objetivos e perfil desejado para os egressos do curso.

Os componentes curriculares, distribuídos em regime semestral, terão carga horária definida, de forma que possam garantir uma formação sólida e consistente dos conhecimentos exigidos para a formação do profissional em Agropecuária. A distribuição semestral das disciplinas, bem como a sua sequência ideal é apresentada no quadro a seguir.

SEMESTRE I						
COD.	DISCIPLINA	Créditos	CARGA HORÁRIA(h/a)			
			Teórica	Prática	Total	
TASI.1	INTRODUÇÃO À AGROPECUÁRIA	2	30	10	40	
TASI.2	INFORMÁTICA APLICADA	2	20	20	40	
TASI.3	FUNDAMENTOS DE CIÊNCIA DO SOLOS	2	20	20	40	
TASI.4	APICULTURA	2	20	20	40	
TASI.5	MATEMÁTICA APLICADA	2	40		40	
TASI.6	FUNDAMENTOS DE AGROINDÚSTRIA	4	60	20	80	
TASI.7	ADMINISTRAÇÃO RURAL EMPREENDEDORISMO	2	40	--	40	
Carga Horária Parcial		--	--	--	320	
SEMESTRE II						
COD.	DISCIPLINA	Créditos	CARGA HORÁRIA(h/a)			
			Teórica	Prática	Total	
TASII.1	OLERICULTURA	4	60	20	80	
TASII.2	FRUTICULTURA	4	60	20	80	
TASII.3	TOPOGRAFIA	4	60	20	80	
TASII.6	ALIMENTOS E ALIMENTAÇÃO	2	40	--	40	
TASI.4	EXTENSÃO RURAL	2	40	--	40	
Carga Horária Parcial					320	
SEMESTRE III						
COD.	DISCIPLINA	Créditos	CARGA HORÁRIA(h/a)			
			Teórica	Prática	Total	
TASIII.1	PRODUÇÃO DE RUMINANTES	4	60	20	80	
TASIII.2	PRODUÇÃO DE NÃO RUMINANTES	4	60	20	80	
TASIII.3	CULTURAS ANUAIS	4	60	20	80	
TASIII.4	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	4	60	20	80	
TASIII.5	FORRAGICULTURA	2	40		40	
TASIII.6	MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	4	20	20	40	
Carga Horária Parcial Hora Relógio					400	
PRÁTICAS PROFISSIONAIS					160	
Carga Horária total do Curso		1200				
DISCIPLINAS OPTATIVAS						
COD.	DISCIPLINA	Créditos	CARGA HORÁRIA(h/a)			
			Teórica	Prática	Total	
OPT-1	QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL	2	40		40	
OPT-2	LIBRAS	2	40		40	
OPT-3	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	40		40	
OPT-4	ARTES	2	40		40	

10.1 Fluxograma Curricular



10.2 Detalhamento dos Componentes Curriculares

Essa base irá garantir a formação profissional dos sujeitos, com competência técnica e tecnológica, de forma a desenvolverem atividades na área de serviço e participarem da vida produtiva como cidadãos de direitos e deveres, conforme detalhamento abaixo:

Tabela 04 - Competências, Habilidades e Conteúdos da Formação Profissional

COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	CONTEÚDOS
Analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas. Planejar, organizar e monitorar: A	Planejar, projetar, implantar e conduzir cultivos de espécies vegetais de verão e de inverno utilizadas na alimentação, desde a	Introdução à agropecuária Informática aplicada Fundamentos de ciência do solos

<p>exploração e o manejo do solo de acordo com suas características.</p> <p>As alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais. Identificar os processos simbióticos, de absorção, de translocação e o efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratos culturais.</p> <p>Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita.</p>	<p>escolha da área adequada, até a colheita, passando por todos os tratos culturais cabíveis, bem como seus respectivos processos de beneficiamento, armazenagem e conservação (grãos e sementes).</p> <p>Agir empresarialmente nas atividades rurais em todos os elos da cadeia produtiva, desde a aquisição de insumos até a comercialização e a transformação dos produtos, tanto de forma individual como associativa ou cooperativada.</p> <p>Implantar e gerenciar sistemas de controle da qualidade na produção agropecuária.</p> <p>Identificar pragas, doenças e insetos causadores de danos às culturas agrícolas de verão, de inverno e perenes, estabelecendo os níveis de dano por elas causados e, em função destes níveis, definir métodos de controle de menor impacto ambiental, econômico e social possível.</p> <p>Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos.</p> <p>Classificar e explorar os solos, identificando seus processos de formação e suas características.</p>	<p>Apicultura</p> <p>Matemática aplicada</p> <p>Fundamentos de agroindústria</p> <p>Empreendedorismo</p> <p>Olericultura</p> <p>Fruticultura</p> <p>Topografia</p> <p>Administração rural</p> <p>Alimentos e alimentação</p> <p>Extensão rural</p> <p>Produção animal</p> <p>Culturas anuais</p> <p>Irrigação e drenagem</p> <p>Forragicultura</p> <p>Mecanização agrícola</p>
--	---	--

11 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E RECUPERAÇÃO

A avaliação será processual e contínua, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB 9.394/96. O processo de avaliação será orientado pelos objetivos definidos nos Programas de Unidade Didática – PUDs do curso, na perspectiva de contribuir incessantemente para a efetiva aprendizagem do aluno. A avaliação do desempenho acadêmico é feita por componente curricular, utilizando-se estratégias formuladas de tal modo que o discente seja estimulado à prática da pesquisa, da reflexão, da criatividade e do autodesenvolvimento. No início do Curso deverão ser implementadas estratégias de avaliação diagnóstica como testes, provas escritas, entrevistas, aulas práticas e outros recursos didáticos que identifiquem em que estágio de aprendizagem conteúdo o aluno se encontra.

Considerando que o desenvolvimento de competências envolve conhecimentos, práticas e atitudes, o processo avaliativo exige diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação, que deverão estar diretamente ligadas ao contexto da área objeto da educação profissional e utilizadas de acordo com a natureza do que está sendo avaliado.

Pensando numa conjugação de instrumentos que permitam captar melhor as diversas dimensões dos domínios da competência (habilidades, conhecimentos gerais, atitudes e conhecimentos técnicos específicos), referendam-se alguns instrumentos e técnicas:

- **Trabalho de pesquisa/projetos** – com a finalidade de verificar as capacidades de representar objetivos a alcançar; caracterizar o que vai ser trabalhado; antecipar resultados escolher estratégias mais adequadas à resolução do problema; executar ações; avaliar essas ações e as condições de execução, seguir critérios pré-estabelecidos.
- **Observação da resolução de problemas relacionados ao trabalho em situações similares ou reais** - objetivando verificar indicadores que demonstrem a aquisição de competências mediante os critérios de avaliação previamente estabelecidos.
- **Análise de casos** – visando desencadear um processo de pensar, fomentar dúvidas, levantar e comprovar hipóteses.
- **Prova escrita ou oral e prática** – visa a verificar a capacidade adquirida pelos alunos com relação aos conteúdos aprendidos, por exemplo: analisar, classificar, comparar, criticar, generalizar e levantar hipóteses, estabelecer relações com base em fatos, fenômenos, ideias e conceitos.

Com a mudança do paradigma do “ter de saber” para “saber-fazer” e “saber-ser”, pilares da educação e com a adoção de metodologias que estimulem a iniciativa, a participação e a interação dos alunos, o professor deverá levar também em consideração no processo de avaliação, os seguintes critérios:

- Capacidade de síntese, de interpretação e de análise crítica; Habilidade na leitura de códigos e linguagem; Agilidade na tomada de decisões;
- Postura cooperativa e ética; Raciocínio lógico-matemático; Raciocínio multirrelacional e interativo;
- Habilidade no uso de técnicas e instrumentos de trabalho;
- Capacidade de relacionar os conhecimentos adquiridos às práticas desenvolvidas;
- Capacidade de utilizar as competências desenvolvidas na resolução de situações novas, de forma crítica eficiente e com eficácia.

A avaliação da aprendizagem precisa considerar os alunos com necessidades especiais, devendo ser elaborada de acordo com as suas potencialidades e os conhecimentos adquiridos por esses alunos, considerando o desenvolvimento discente e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas, quando o docente julgar necessário o acompanhamento da aprendizagem do aluno com deficiência poderá ser feito coletivamente com a equipe multidisciplinar do campus e através do NAPNE, contribuindo na adaptação de material pedagógico.

Em consonância com o que preconiza o Regulamento da Organização Didática – ROD do IFCE, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas. Em cada etapa, serão atribuídas aos discentes médias obtidas nas avaliações dos conhecimentos construídos, sendo que independentemente do número de aulas semanais, o docente deverá aplicar, no mínimo, duas avaliações por etapa. A nota semestral será a média ponderada das avaliações parciais, estando a aprovação do discente condicionada ao alcance da média mínima 6,0 (seis vírgula zero). A média final de cada etapa e de cada período letivo terá apenas uma casa decimal; as notas das avaliações parciais poderão ter até duas casas decimais.

Conforme o ROD, caso o aluno não atinja a média mínima para a aprovação, mas tenha obtido, no semestre, a nota mínima 3,0 (três vírgula zero), será assegurado o direito de fazer a prova final. A prova final deverá ser aplicada no mínimo três dias após a divulgação do resultado da média semestral e deverá contemplar todo o conteúdo trabalhado durante o ano letivo. A média final será obtida pela soma da média semestral, com a nota da prova final, dividida por 2 (dois); a aprovação do discente estará condicionada à obtenção da média mínima 5,0 (cinco vírgula zero).

Será considerado aprovado o discente que obtiver a média mínima, desde que tenha frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total das aulas de cada componente curricular. As faltas justificadas não serão abonadas, embora seja assegurado ao aluno o direito à realização de trabalhos e avaliações ocorridas no período da ausência.

Ressalta-se que nas atividades não presenciais previstas no PPC não serão consideradas pelo docente no que diz respeito ao controle de frequência discente, sendo registradas as faltas dos estudantes, somente quando ausentarem das aulas presenciais. Porém, a avaliação das atividades elencadas no planejamento do professor e nos PUDs poderão contemplar as atividades não presenciais.

Ao final do processo de aprendizagem o docente deverá relacionar que competências e

habilidades, selecionadas para a disciplina, foram plenamente desenvolvidas pelo discente e fazer uma equivalência, levando em consideração os critérios acima citados, com o sistema de registro (notas, frequência e conteúdos ministrados) adotado pelo IFCE.

11.1 Da Reprovação

Será considerado reprovado o discente que obtiver a média inferior a mínima estabelecida na avaliação final ou que tenha frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total das aulas de cada componente curricular.

12 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional configura-se como um conjunto de atividades formativas que proporciona experiências na aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de processos próprios ao exercício profissional que contextualiza, articula e inter-relaciona os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática, viabilizando ações que conduzam ao aperfeiçoamento técnico-científico-cultural.

A formação profissionalizante ocorrerá ao longo do percurso formativo dos estudantes através da Prática Profissional Supervisionada (PPS), inserida nos conteúdos das disciplinas profissionalizantes, possibilitando ao estudante, uma vivência real ou simulada com o cotidiano de sua futura profissão através de práticas de laboratório, vivências técnico científicas, visitas técnicas, eventos, congressos e outros. As ações da PPS devem ocorrer preferencialmente de forma interdisciplinar e integrada, onde as atividades construídas podem ser apresentadas de forma integrada ao estudante, buscando o relacionamento entre teoria e prática. Conforme orienta o Parecer CNE/CEB nº. 11/2012.

As PPSs também podem ocorrer na forma de intervenções profissionais orientadas e supervisionada pelos docentes no próprio *campus* Boa Viagem e apresentadas na forma de projeto ao final de cada ano ou semestre. Os temas pesquisados no desenvolvimento dos projetos poderão ser aprofundados, dando origem à elaboração de trabalhos acadêmico-científico-culturais, inclusive, poderão subsidiar a pesquisa ou a extensão.

A prática profissional supervisionada do curso Técnico Subsequente em Agropecuária terá carga horária mínima de 160 horas, distribuídas ao longo dos três semestres do curso (1º sem – 40h; 2º sem – 40h e 3º 140h) se constitui em ações de planejamento, acompanhamento, registro e sistematização das atividades realizadas pelo estudante durante seu percurso formativo. No decorrer da formação, as possibilidades de atuação prática a partir da articulação entre ensino, pesquisa, extensão e práticas profissionais nos cursos técnicos do IFCE *Campus* Boa Viagem serão estimuladas. Para a contabilização das atividades como componentes da PPS as atividades deverão obedecer alguns critérios:

Todas as atividades previstas e desenvolvidas no âmbito da prática profissional supervisionada

deverão acontecer sob a orientação de servidores do IFCE, docentes ou técnicos da área de formação ou atuação profissional do estudante.

Os projetos de ensino, pesquisa ou extensão devem ter correlação direta com a área de formação do estudante;

As atividades da PPS deverão ser registradas em instrumento próprio disponibilizado pelo Departamento de Ensino e Coordenação de Curso para os docentes e estudantes. Os registros de atividades em formulários próprios deverão conter obrigatoriamente o nome do discente e servidor orientador, e o registro das ações que culminaram na vivência da PPS; As atividades realizadas só serão validadas durante, quando acontecerem no período de integralização do curso, logo não serão aceitas atividades realizadas anteriormente ou posteriormente a formação do estudante. As atividades que poderão compor a PPS estão descritas a seguir:

12.1 Estágio não obrigatório

O estágio no curso técnico profissionalizante é oportuno para o discente por contribuir no processo de aprendizagem, na consolidação e (re) formulação de saberes, unindo teoria e prática. A partir dessa ferramenta, o educando pode identificar novas e variadas estratégias para solucionar problemas que muitas vezes ele nem imaginava encontrar na sua área profissional.

Diante disso, o aluno será estimulado a realizar o estágio como atividade primária complementar. Muito embora, não seja elencado para esse uma ordem de prioridade nas atividades complementares sugeridas a serem cumpridas, sendo esses sujeitos livres e independentes na escolha de realização dessas atividades, pois parte-se do pressuposto que o aprendizado é resultado de interação e relação colaborativa entre os pares nos ambientes formais e informais de ensino.

Considerando, contudo que o estágio não é a única opção para o estudante construir a sua prática profissional, pois ele limita a aplicação da prática profissional somente à formação no final do curso, o IFCE *campus* Boa Viagem propõe a inserção de outras possibilidades de construção efetiva para a realização destas práticas através das PPSs.

Com isso, o estágio será de caráter não obrigatório porque além desta prática, outras atividades educativas, tais como, participação em seminários, palestras, oficinas e pesquisas também propiciarão aprendizagens específicas da área profissional escolhida, assim como, conhecimentos diversos em consonância com a formação profissional do estudante e orientadas ao longo do curso.

O estágio supervisionado poderá ser realizado apenas no último semestre do curso, obedecendo à Lei Nº 11.788, à Resolução CNE/CEB nº 06/2012 e à Resolução Nº 28 de 08 de Agosto de 2014 que aprova o Manual do Estagiário que consiste na regulamentação das atividades de Estágio dos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

As atividades programadas para o estágio supervisionado devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico práticos adquiridos pelo estudante no decorrer do curso e devem estar

presentes nos instrumentos de planejamento curricular. O estágio é acompanhado por um professor orientador responsável, em função da área de atuação do estudante e das condições de disponibilidade de carga-horária dos professores. São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

- Plano de estágio aprovado pelo professor orientador e pelo professor da disciplina campo de estágio (ANEXOS);
- Reuniões do aluno com o professor orientador;
- Visitas ao campo de estágio por parte do professor orientador, sempre que necessário;
- Relatório técnico do estágio supervisionado;
- Avaliação da prática profissional realizada.
- O professor orientador, para emitir parecer sobre o relatório do estágio, deverá visitar o ambiente de trabalho e avaliar as atividades desenvolvidas pelo aluno.
- Para o encerramento do Estágio Supervisionado, o aluno deverá apresentar os relatórios diários, periódicos e final do estágio devidamente visitados pelo professor orientador e a ficha de avaliação do estagiário firmada por um profissional responsável pelo Aluno.

12.2 Projeto de Ensino

Os projetos de ensino são aqueles desenvolvidos como práticas curriculares ou extracurriculares das disciplinas ofertadas ao longo do percurso formativo do estudante. Os projetos de ensino devem ser orientados preferencialmente pelos docentes das disciplinas técnicas. Os projetos de ensino podem ser desenvolvidos fora do ambiente de sala de aula.

Para registro como PPS os projetos de ensino devem ter pertinência com a formação profissional do estudante, ou ter caráter interdisciplinar que caracterize a pertinência com a prática profissional do estudante.

Também serão consideradas as práticas de ensino: visitas técnicas, participação em projetos que estimulem a formação tais como olimpíadas, competições, monitoria de laboratórios específicos à formação, e outras avaliadas como pertinentes pela Coordenação do Curso, CTP ou Departamento de Ensino.

Ressalta-se o desenvolvimento de programas de monitoria remuneradas e voluntárias, aplicadas às disciplinas com maior grau de dificuldade de aprendizagem, identificado através de acompanhamento pedagógico.

12.3 Projetos de pesquisa, inovação e extensão

As ações de pesquisa e da extensão são compreendidas como atividades de prática formativa que promovem e articulam o processo de ensinar e de aprender, considerando as experiências evidenciadas pelos estudantes. Além disso, incentiva a produção, inovação, difusão e a socialização de conhecimentos científicos, tecnológicos, artístico-culturais e desportivos, com vistas ao desenvolvimento social. As ações de extensão representam uma via de interação com a sociedade, capaz de proporcionar aperfeiçoamento, aprofundamento, formação continuada e qualificação profissional.

Para o registro das atividades de pesquisa e extensão como atividades da PPS, os projetos pertinentes a estas ações além de obedecer aos critérios gerais da PPS devem ser inseridos nos sistemas próprios do IFCE para homologação da Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (PRPI) e Pró-reitoria de Extensão (PROEXT).

Diante do que foi exposto, definimos que os estudantes realizarão atividades práticas profissionais supervisionadas que servirão para consolidar a sua formação, tendo o registro no seu histórico escolar e o cômputo desta carga horária. Sendo assim, segue abaixo a tabela sistematizada para acompanhamento da trajetória acadêmica dos discentes:

Tabela 06 – Grupo de Atividades

GRUPO I - ATIVIDADES DE ENSINO				
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	PONDERAÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA DE ATIVIDADES	PONTUAÇÃO MÁXIMA	PONTUAÇÃO OBTIDA
Participação em grupo de estudo ou grupo de pesquisa registrado na instituição, comprovada mediante declaração expedida pelo coordenador do curso ou professor orientador	20 horas por ano	10 atividades	40 H	
Participação em visitas promovidas pelo IFCE, comprovadas por meio de lista de frequência e/ou declaração expedida por professor.	Até 08 horas	8 visitas	40 H	
Participação em olimpíadas, campeonatos e atividades acadêmicas	10 horas por participação	4 participações	40 H	
Participação de Monitoria voluntária ou remunerada	30 horas	1 monitoria	30 H	

Participação em projetos curriculares e extracurriculares integrados ou relacionados à disciplinas do eixo de formação profissional sob orientação de docente da disciplina	10 horas por projeto	4 projetos	40 H	
GRUPO II - ATIVIDADES DE PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO				
Bolsista de pesquisa, remunerada ou voluntário, cujo programa ou projeto esteja devidamente cadastrado na PRPI ou em	20 horas por projeto de pesquisa	3 - projetos	60 H	

instituições de fomento à pesquisa				
Participação em congressos e seminários técnicos-científicos	5 horas por evento	12 participações	60 H	
Publicações em revistas técnicas - Resumo simples, expandidos e publicação de trabalhos em encontros de iniciação científica com Qualis e/ou ISBN, ISSN.	20 horas por publicações	3 publicações	60 H	
Artigos científicos em periódicos e congressos nacionais ou internacionais como autor principal, com Qualis e/ou ISBN, ISSN.	20 horas por publicações	3 publicações	60 H	
Artigos científicos em periódicos e congressos nacionais ou internacionais com coautoria, com Qualis e/ou ISBN, ISSN	20 horas por publicações	3 publicações	60 H	
Outras atividades de natureza acadêmica, científica ou tecnológica, julgadas à critério da coordenação do curso, CTP ou diretoria de ensino	10 horas por atividades	4 atividades	40 H	
Outras atividades de complementação da formação social, esportiva, cultural e humana, pertinentes a sua formação profissional julgadas à critério da coordenação do curso, CTP ou diretoria de Ensino	5 horas por atividade	8 atividades	40 H	
Bolsistas de extensão, remunerado ou voluntário, cujo programa esteja devidamente cadastrado nas	20 horas por ação	3 atividades	60 H	

plataformas oficiais (Sigproext, etc.)				
Participação em curso de extensão na área profissional do curso	40 horas por curso	2 cursos	40 H	
Participação como instrutor em palestras técnicas, dias de campo, seminários, cursos e minicursos da área específica	10 horas	6 atividades	60 H	
GRUPO III - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E ATIVIDADES DE ESTÁGIO				
Estágio supervisionado (opcional)	6 horas	20 atividades	120 H	
Promoção de atividades nos laboratórios que visem à vivência da prática profissional*	10 horas	8 atividades	80 H	
Exercício profissional correlato ao curso (estudante empregado, jovem aprendiz, sócio de empresa, profissional autônomo)	20 horas	10 atividades	160 H	
Outra atividade de vivência profissional relacionada à área do curso	10 horas	8 atividades	80 H	
GRUPO IV - PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E EVENTOS RELACIONADOS À ÁREA PROFISSIONAL DO CURSO				
Participação em cursos e/ou oficinas da área profissional do curso	10 horas por participação	4 atividades	40 H	
Participação em palestras na área profissional do curso	5 horas por participação	8 atividades	40 H	
Participação como expositor/apresentador de trabalho em evento na área do curso	10 horas por participação	6 atividades	60 H	
Participação em congressos, semanas científicas, seminários, workshops etc., na área profissional do curso	10 horas por participação	4 atividades	40 H	

no âmbito do IFCE.				
Colaboração na organização de eventos técnicos-científicos, de extensão, artísticos e culturais na área profissional do curso no âmbito do IFCE	5 horas por participação	8 atividades	40 H	
GRUPO V - OUTRAS ATIVIDADES DE CUNHO TÉCNICO				
Construção de simuladores	10 horas por construção	6 atividades	60 H	
Participação em depósito de propriedade intelectual na área de formação	20 horas por participação	2 atividades	40 H	
Atividade de observação assistida no âmbito da formação profissional na área, no IFCE	5 horas por atividades	4 atividades	20 H	
Participação em projetos interdisciplinares na área do curso	10 horas por atividades	6 atividades	60 H	
Elaboração de relatório técnico	5 horas por relatório	10 atividades	40 H	
Outra atividade de cunho técnico relacionada à área do curso	5 horas por atividade	4 atividades	20 H	
GRUPO VI - OUTRAS ATIVIDADES QUE ENVOLVAM MÚLTIPLAS LINGUAGENS				
Participação em peça teatral ou atividade de outra natureza, peça publicitária, blog, artefato cultural digital ou impresso que contemple a formação cultural na área profissional do curso.	5 horas por participação	4 atividades	20 H	

Para efetivo aproveitamento da PPI aluno fará a solicitação por meio de requerimento à coordenação com os respectivos documentos comprobatórios, observando-se as pontuações máximas e quantidades máximas por atividades desenvolvidas em cada grupo e cada certificado só poderá ser contabilizado uma única vez dentro dos critérios disponíveis e julgados da forma

mais conveniente à totalização de sua pontuação.

13 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

É assegurado ao discente do IFCE o direito de aproveitamento de componentes curriculares, mediante análise da compatibilidade de conteúdo e da carga horária, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total estipulado para o componente curricular.

O aproveitamento de cada componente curricular só poderá ser solicitado uma única vez e somente poderão ser aproveitados aqueles cursados no mesmo nível de ensino ou em nível superior ao pretendido.

Não será permitido ao discente, o aproveitamento de componentes curriculares nos quais tenha sido reprovado no IFCE, nem o aproveitamento de componentes curriculares do Ensino Médio (propedêutico) para o Ensino Técnico.

O discente poderá solicitar aproveitamento de componentes curriculares, mediante apresentação de requerimento próprio acompanhado de histórico escolar e os Programas de Unidades Didáticas e/ou ementas, devidamente autenticados pela instituição de origem.

O prazo para a solicitação do aproveitamento de componentes curriculares será:

- 1. Alunos novatos:** nos 10 primeiros dias logo após a matrícula;
- 2. Alunos veteranos:** primeiros 50 (cinquenta) dias letivos do semestre em curso.

Os aproveitamentos serão feitos para as disciplinas em curso e posteriores (alunos novatos) e para os semestres posteriores (alunos veteranos).

Ao discente também será permitida a validação de conhecimentos adquiridos em estudos regulares e/ou em experiência profissional, mediante avaliação teórica e/ou prática, feita por uma banca instituída pelo coordenador do curso, composta, no mínimo, de dois professores. Para validar conhecimentos adquiridos em estudos regulares e/ou experiência profissional, o discente deverá:

- Estar regulamente matriculado no IFCE;
- Fazer a solicitação por meio de requerimento, anexando comprovação da atividade

laboral fornecida pela empresa empregadora;

- Declaração ou certificação do curso de formação inicial.

Submeter-se a uma avaliação feita por uma banca composta por três professores, com a finalidade de verificar que indicadores demonstram a aquisição de competências, mediante critério de avaliação previamente estabelecido e usando técnicas e instrumentos que melhor se adéquem ao contexto da área.

14 EMISSÃO DE DIPLOMA

Será conferido o Certificado de Técnico em Agropecuária aos que concluírem todos os componentes curriculares obrigatórios estabelecidos na matriz curricular do curso.

15 AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO

O acompanhamento do curso acontecerá através de reuniões periódicas entre o colegiado, professores e coordenador do curso a fim de discutir assuntos relacionados ao bom andamento do curso, como indicadores de aprendizagem, políticas de melhoria que garantam maior eficácia no processo ensino aprendizagem e melhoria na infraestrutura do curso como um todo, além de um efetivo acompanhamento ao aluno egresso. O PPC deverá ser analisado pelo menos uma vez a cada ano tendo em vista a oferta e demanda demonstradas pela clientela com possíveis mudanças estruturais e pedagógicas.

Assim farão parte desse processo os seguintes elementos: Plano de ensino, Projetos orientados pelos docentes, produtos desenvolvidos sob a orientação dos docentes, auto avaliação docente, sugestões e críticas dos discentes e sugestões e críticas dos docentes, equipe pedagógica, demais servidores, técnicos administrativos e comunidade representada pelos pais. Nesse sentido, o *campus* Boa Viagem adota os seguintes instrumentais de avaliação:

- **Avaliação docente** - feita por meio de um questionário no qual os alunos respondem questões referentes à conduta docente, atribuindo notas de 1 (um) a 5 (cinco), relacionadas à pontualidade, assiduidade, domínio de conteúdo, incentivo à participação do aluno, metodologia de ensino, relação professor- aluno e metodologia de avaliação.

No mesmo questionário os alunos avaliam o desempenho dos docentes quanto a pontos positivos e negativos e apresentam sugestões para a melhoria do Curso e da Instituição. Os resultados são apresentados aos professores com o objetivo de contribuir para melhoria das ações didático-pedagógicas e da aprendizagem discente.

- **Avaliação Institucional** - a Comissão Própria de Avaliação (CPA) realiza diagnóstico das condições das instalações físicas, equipamentos, acervos e qualidade dos espaços de trabalho do Instituto e encaminha aos órgãos competentes relatório constando as potencialidades e fragilidades da instituição, para conhecimento e possíveis soluções.

A Direção Geral, Diretoria de Ensino e a Coordenação do Curso subsidiarão as instâncias envolvidas no processo de avaliação do projeto de curso.

16 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

O coordenador de curso possui papel central para a melhoria do curso e o enfrentamento dos desafios atuais para a formação técnica dos estudantes. É o coordenador o profissional responsável pela gestão administrativa, acadêmica e pedagógica do curso, visando garantir a adequação do perfil de formação do curso às demandas do contexto social e econômico.

Para realizar suas atribuições com excelência, o coordenador de curso busca contínua capacitação através de formações, acompanha as mudanças no sistema educacional e o nível de satisfação da sua comunidade local (estudantes, docentes e servidores).

Dessa forma, para atender as demandas e superar os desafios locais, a coordenação de curso elabora e convoca reuniões bimestrais onde são definidas as ações a serem desenvolvidas pelo coordenador de curso durante o semestre letivo, objetivando planejar e executar atividades com os demais atores do ambiente acadêmico para superar as fragilidades pontuadas e melhorar a qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica do curso.

Também compõe as atribuições da coordenação de curso aquelas previstas no Regulamento de Organização Didático – ROD.

17 ESTRATÉGIAS DE APOIO AO DISCENTE

Os mecanismos de apoio e acompanhamento discente emergem das reuniões pedagógicas entre corpo docente, coordenação de curso, coordenação técnico-pedagógica e coordenação de assuntos estudantis, os quais, em conjunto, definem estratégias de trabalho. Ações podem ser implantadas de acordo com as necessidades, como por exemplo, a autorização de aulas extras para nivelamento, após verificação de déficits de aprendizagem de turmas recém-ingressas, com o objetivo de permitir melhor rendimento do corpo discente em relação ao cumprimento dos conteúdos trabalhados ao longo do curso.

A Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE) é um setor que tem por objetivos contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e promoção do desenvolvimento integral do estudante, de modo a minimizar a evasão, a repetência e os efeitos das desigualdades sociais, com base nos princípios, diretrizes e objetivos da Política de Assistência Estudantil do IFCE.

As ações da Assistência Estudantil são materializadas através de serviços e programas. Os primeiros compreendem: Serviço Social, Serviço Pedagógico e Serviço de Psicologia. Já os programas constituem-se de 05 áreas temáticas: I – Trabalho, Educação e Cidadania, II – Assistência Integral à Saúde, III – Cultura, Arte, Desporto e Lazer, IV – Alimentação e Nutrição e V – Auxílios em forma de pecúnia. Ainda com objetivo de ampliar as condições de permanência dos estudantes, o IFCE dispõe de uma Política de Assistência Estudantil, constituída por princípios, diretrizes e objetivos, sendo a base sobre a qual se edificam programas, projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento integral e integrado do estudante.

A operacionalização das referidas políticas é de responsabilidade dos profissionais da equipe multidisciplinar que compõe a Assistência Estudantil do *campus* Boa Viagem, sendo disponibilizado os serviços dos seguintes profissionais: Assistente Social, Enfermagem, Psicólogo, Pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais, Nutricionista e Assistente de Alunos.

17.1 Equipe Multidisciplinar

A Coordenadoria de Assistência Estudantil é composta por uma equipe multiprofissional formada por um assistente de aluno, uma assistente social, uma nutricionista,

um técnico em assuntos educacionais, um pedagogo, uma enfermeira, uma nutricionista e uma psicóloga. Cada um desses profissionais possui horários disponíveis para atendimento individual de estudantes, bem como para as demandas individuais e/ou coletivas encaminhadas pelos docentes ou demais setores do *campus*.

São desenvolvidos planos de trabalho a partir de suas competências profissionais no âmbito acadêmico, baseados no perfil socioeconômico e epidemiológico do público discente, que inclui, por exemplo: acompanhamento psicossocial, atendimento de orientação nutricional, acompanhamento pedagógico, consulta na enfermagem, vacinação, atendimentos de primeiros socorros e atendimento psicológico, além de diversas campanhas educativas desenvolvidas pelos profissionais do setor. Basicamente, o atendimento prestado pela equipe da CAE pode ser dividido em dois eixos:

1. Demanda espontânea: atendimento aos estudantes que procuram diariamente os profissionais apresentando diversas necessidades de intervenções. As principais demandas espontâneas são: conflitos familiares, baixo rendimento escolar, problemas de saúde.
2. Demanda programada: acompanhamento de estudantes selecionados pelo programa de auxílios do IFCE, encaminhados pelos professores e coordenação técnico-pedagógica. O acompanhamento se dá mensalmente quanto à frequência e rendimento acadêmico e trimestralmente quanto à situação socioeconômica familiar.
3. Ações socioeducativas: são atividades que acontecem durante o período letivo como desenvolvimento de campanhas educativas, grupos de discussão sobre temas solicitados pelos estudantes e professores, ações em sala de aula para prevenção e promoção da saúde etc.

18 CORPO DOCENTE

O Perfil do corpo docente necessário para desenvolvimento do curso consta na tabela abaixo:

Tabela 06 – Perfil do corpo docente necessário para o desenvolvimento do curso

Área	Subárea	Quant. de docentes para o curso

Tabela 07 – Docente do campus Boa Viagem

NOME	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	REG. DE TRABALHO	DISCIPLINA
Ana Gláudia Vasconcelos Catunda	Zootecnia	Doutora	40 h DE	
Denise Vieira Vasconcelos	Agronomia	Doutora	40 h DE	
João Mendes Barroso Filho	Matemática	Mestre	40 h DE	
Igo Renan Albuquerque de Andrade	Zootecnia	Doutor	40 h DE	
Jéssica Maria de Paiva Abreu Teixeira	Engenharia Ambiental e Sanitária	Mestra	40 h DE	
João Paulo Arcelino do Rêgo	Zootecnia	Doutor	40 h DE	
Ricardo Rodrigues de Andrade	Agronomia	Doutor	40h DE	
Valdenio Mendes Mascena	Zootecnia	Doutor	40 h DE	
Márcio Renato Teixeira Benevides	Sociologia	Doutor	40 h DE	
Johnny Rocha Crisóstomo	Tecnólogo em Redes de Computadores	Especialista	40 h DE	

19 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O IFCE *campus* Boa Viagem dispõe dos serviços dos técnicos administrativos listados na tabela abaixo:

Tabela 08 – Perfil do corpo Técnico-administrativo

NOME DO SERVIDOR	CARGO	TITULAÇÃO	SETOR
Anderson Matos da Cruz	Contador	Especialista	Contabilidade e Financeiro
Antônia Janiery Ribeiro da Silva Brito	Técnico em Secretariado	Especialista	Coordenadoria de Administração
Beatriz da Cruz Lima	Auxiliar de Biblioteca	Graduada	Coordenadoria de Controle Acadêmico

César Wagner Gonçalves Siqueira	Pedagogo	Mestre	Coordenação Técnica Pedagógica
Fernanda Maria de Vasconcelos Medeiros	Assistente Social	Especialista	Coordenadoria de Assuntos Estudantis
Francisco Rogilson Oliveira Diniz	Assistente de Aluno	Graduado	Coordenadoria de Assuntos Estudantis
Claudiomiro Ferreira de Oliveira	Assistente de Aluno	Mestrado	Coordenadoria de Assuntos Estudantis
Heitor Silva Chaves	Zootecnista	Graduado	Setor de Estágio
Jéssica Gonçalves Melo	Nutricionista	Especialista	Coordenadoria de Assuntos Estudantis
José Adeilson Bezerra Cruz	Técnico de Tecnologia da Informação	Especialista	Tecnologia da Informação
José Henrique Bezerra Neto	Tecnólogo em Gestão Financeira	Especialista	Coordenadoria de Infraestrutura
Keedi Jane Barbosa de Albuquerque Silva	Enfermeira	Especialista	Coordenadoria de Assuntos Estudantis
José Edelman Guia	Assistente em Administração	Graduado	Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio
Luciana Gregório da Silva Souza	Técnica em Laboratório de Química	Doutora	Laboratório de Química
Myrle Raquel de Oliveira	Assistente em Administração	Especialista	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
Osmélia Olinda de Oliveira Almeida	Bibliotecária	Especialista	Biblioteca
Rebeca Fernandes Martins	Psicóloga	Mestra	Coordenadoria de Assuntos Estudantis
Marcelo Marques Fernandes Almeida	Assistente em Administração	Graduado	Gabinete
Leonardo Ferreira da Silva	Técnico em Assuntos Educacionais	Mestre	Departamento de Ensino
Lucas Vitoriano Lopes Cerqueira	Assistente em Administração	Graduado	Biblioteca

20 INFRAESTRUTURA

O curso Subsequente em Agropecuária funciona nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará *campus* Boa Viagem. O curso é gerido nas dependências das salas de aula, nos laboratórios específicos e de informática, nas áreas produtivas da instituição, bem como nos demais espaços disponibilizados para atividades.

20.1 Infraestrutura Física e Recursos Materiais

O instituto dispõe de um bloco administrativo e um bloco didático, refeitório, biblioteca, quadra poliesportiva e quadra de vôlei de areia, além do espaço de convivência. Há 10 (dez) salas de aula no bloco didático, além de um auditório com capacidade para 160 pessoas. As salas são equipadas com uma média de 40 cadeiras cada, e contam também com aparelhos de ar condicionado, quadros brancos e mesas para os professores.

O campus dispõe ainda de gabinetes de trabalho conjunto para docentes em tempo integral, situados no bloco administrativo, climatizados e com acesso à internet através de redes sem fio. Cada docente possui seu próprio birô, assim como uma cadeira ergonômica.

A copa/cozinha, localizada no piso superior do bloco administrativo funciona como ponto de apoio aos servidores que necessitam fazer refeições no campus, e conta com geladeira, fogão, micro-ondas, mesa com seis cadeiras, louça, talheres, copos, bebedouro (gela-água), pia e armários. O refeitório possui uma arejada estrutura, contando com gela-água, micro-ondas, e com dezenas de mesas e cadeiras, além de banheiros.

20.1.1 Biblioteca

O IFCE campus de Boa Viagem dispõe de uma biblioteca que atende as necessidades informacionais dos usuários. Atuam no setor uma bibliotecária e um assistente administrativo.

A biblioteca do IFCE campus Boa Viagem localiza-se após o bloco administrativo. O espaço é dividido em hall de exposição, balcão de atendimento, salão de leitura e estudo, espaço reservado ao acervo, sala de informática, sala de estudo individual, salas de estudo em grupo, banheiros e coordenação. A infraestrutura disponibilizada para a comunidade acadêmica se encontra na Tabela 9.

Tabela 09 - Infraestrutura disponibilizada para a comunidade acadêmica da biblioteca do IFCE campus Boa Viagem.

Dependências	Quantidade
Auditório	01
Banheiros	14
Biblioteca	01
Sala de Estudos	01

Departamento de Ensino e Coordenadoria de Controle Acadêmico	01
Recepção e Protocolo	01
Sala de Direção	01
Sala de Professores	01
Salas de Aulas	14
Salas de Coordenação de Curso	02
Setor Administrativo	01
Laboratórios de Informática	01
Laboratórios de Redes	01
Área de Convivência	01
Enfermaria	01
Sala de Assistência Estudantil	01
Sala de Psicologia	01

Fonte: Elaboração própria, 2022.

O acervo é organizado de acordo com a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e segue as normas do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2). Esse acervo é composto por livro impresso, CD, dicionário, produção acadêmica dos alunos e outros materiais. O acervo é formado com base na Política de Desenvolvimento de Acervos do IFCE, visando atender as necessidades de pesquisa do público acadêmico. A política contém, dentre outras orientações, os critérios de seleção, aquisição e descartes de materiais. Além disso, a biblioteca possui acesso aos periódicos eletrônicos do Portal de Periódicos da CAPES, suplementando as bibliografias dos cursos.

A biblioteca utiliza o Sistema SophiA para cadastro dos materiais bibliográficos existentes no acervo. O acervo é de livre acesso para pesquisa e está disponível online 24 horas.

A biblioteca disponibiliza aos usuários além do acervo físico, o acervo virtual, que é ofertado por meio da Biblioteca Virtual, contendo mais de 8 mil títulos em várias áreas do conhecimento.

Os serviços ofertados pela Biblioteca do IFCE campus Boa Viagem visa atender as necessidades de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica, a saber:

- a) empréstimo, renovação e reserva das obras;
- b) consulta local ao acervo;
- c) catálogo on-line;
- d) acesso à Internet;
- e) computadores para pesquisa;
- f) levantamento bibliográfico;
- g) apresentação do regulamento da biblioteca, o uso do SophiA e da Biblioteca Virtual na acolhida dos alunos novatos;
- h) treinamento de normalização de trabalhos acadêmicos;
- i) orientação individual à normalização de trabalhos acadêmicos de acordo com o manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFCE;
- j) disponibilização no site da biblioteca de tutoriais, manual de normalização de trabalhos acadêmicos e templates de trabalhos acadêmicos;
- k) mecanismo online para referência;
- l) disponibilização de fontes informacionais de acesso público úteis para a pesquisa.
- m) gerador de ficha catalográfica;
- n) visita orientada, apresentando a biblioteca, bem como os serviços oferecidos ao usuário.

20.2 Infraestrutura de Laboratórios

As aulas do curso são ministradas majoritariamente no Bloco de Ensino, onde também estão situados os laboratórios específicos. Estes servem como locais de realização de aulas práticas, ambientes de aprendizagem e geração de dados para pesquisa e extensão. No bloco estão situados seis (6) laboratórios, sendo eles:

20.2.1 Laboratório de Anatomia, Fisiologia e Reprodução Animal

O laboratório de Anatomia, Fisiologia e Reprodução Animal do IFCE campus Boa Viagem serve como espaço que oportuniza o reconhecimento do organismo animal, por meio do manuseio das peças anatômicas, a fim de auxiliar o conteúdo teórico desenvolvido nas aulas. Além disso, auxiliar nas atividades de pesquisa que envolvem estudos sobre a anatomia, fisiologia e/ou reprodução animal, e nas atividades de extensão que envolvem visitas da comunidade, instituições de ensino e outras.

20.2.2 Laboratório de Processamento de Produtos de Origem Animal

O Laboratório de Processamento de Alimento de Origem Animal propicia aos estudantes a realização de aulas sobre processamento e análise dos mais diversos produtos cárneos e/ou laticínios. Desta forma, os estudantes aprendem na prática a utilização das principais tecnologias utilizadas para elaboração e avaliação dos mais diversos produtos de origem animal.

O conhecimento das metodologias de execução das análises físico-químicas, bem como a interpretação dos resultados destas análises, é de fundamental importância para avaliar características de qualidade de matérias-primas e produtos, fundamentais na avaliação de diferentes tipos de manejo zootécnico, bem como o atendimento as legislações e normas sanitárias vigentes.

20.2.3 Laboratório multidisciplinar de Química e Biologia Geral

O Laboratório multidisciplinar de Química e Biologia Geral tem como finalidade dispor

aos discentes a realização de atividades práticas que permitam o aprendizado significativo das disciplinas de produção animal, apicultura, solos e fundamentos de agroindústria. A atividade realizada no laboratório atribui aos discentes uma formação prática que vai desde o conhecimento sobre dinâmica de nutrientes, análise química de alimentos, passando pelo estudo dos polimorfismos e alterações genéticas e bioquímicas, pelas instruções quanto aos diferentes níveis taxonômicos da zoologia, até a patogênese e benefícios associados às práticas voltadas para a microbiologia.

O laboratório multidisciplinar permite ainda o desenvolvimento de pesquisa e extensão, servindo de ponto de apoio para diversos outros laboratórios do IFCE campus Boa Viagem, como análise química de solos e biologia molecular.

20.2.4 Laboratório de Informática

O laboratório de Informática do IFCE campus Boa Viagem tem como finalidade auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, principalmente no tocante à disciplina de Informática Básica, e disciplinas que envolvam a utilização de softwares específicos. Além disso, atividades de ensino, pesquisa e extensão que necessitem de acesso à internet também podem ser realizadas no laboratório.

20.2.5 Laboratório de Bromatologia e Nutrição Animal do Sertão Central - LABNAS

O LABNAS constitui um importante equipamento para o curso Técnico Subsequente em Agropecuária e para toda a região. Equipado com instrumentos de alto poder analítico, tem a capacidade de atender demandas voltadas para o ensino, pesquisa e principalmente extensão. Possui a finalidade realizar análises químicas utilizadas para avaliação do valor nutritivo dos mais distintos alimentos de origem animal e vegetal. O LABNAS irá interagir com o setor produtivo oferecendo laudos e análises a baixo custo para produtores rurais, promovendo intercâmbio entre os estudantes e produtores rurais da região. Em outro aspecto, o laboratório será utilizado para aulas práticas de diversas disciplinas do curso.

20.2.6 Setor de Meliponicultura

O setor de Meliponicultura do IFCE campus Boa Viagem tem por finalidade permitir a realização de práticas com enxames de abelhas nativas como a jandaíra. O setor está inserido na área do Campus, é constituído por várias colméias em área coberta, dotada de alimentadores artificiais e demais utensílios de manejo, fato que permite práticas rotineiras de manejo, com uma maior interação diante da teoria apresentada em sala de aula. Além disso, o setor também desenvolve práticas e atividades de campo com uso de equipamentos apícolas para manejo de colmeias.

20.2.7 Setor de Forragicultura

O setor de forragicultura tem a finalidade de promover ações ligadas ao ensino, pesquisa e extensão na área de forragicultura e manejo de pastagens, bem como para a proposição e condução de atividades extracurriculares diversas. O setor possui campo agrostológico com diversas plantas forrageiras destinadas às aulas sobre opções de plantas destinadas à alimentação de ruminantes. Adicionalmente, o Campus possui área experimental voltada para sistemas integrados de produção com atividades de pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento de tecnologias para o campo. No âmbito do ensino são oferecidos conteúdos teóricos e práticos, em nível de graduação e técnico, além de servir de base para trabalhos de pesquisa e extensão que envolvem o manejo de pastagem, técnicas de conservação de forragem e recuperação de pastagens degradadas.

20.2.8 Centro de Inovação e Difusão de Tecnologias para o Semiárido

O Centro de Inovação e Difusão de Tecnologias para o Semiárido - CIDTS, é um projeto desenvolvido pelo IFCE campus Boa Viagem em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, através do programa Rotas da Integração Nacional. Tem como Instituições parceiras os IFCEs campus Crateús, Tauá e Iguatu. Atualmente, a equipe é composta por 20 servidores, 18 egressos e 17 alunos de cursos técnicos e superiores. Seu objetivo principal é atuar no tripé INOVAÇÃO - CAPACITAÇÃO – GERAÇÃO DE PRODUTOS E NEGÓCIOS, através de uma plataforma inovadora, composta por centros de inovação e capacitação, desenvolvimento de tecnologias de produtos e processos e incubadora de empresas, com o intuito de integrar temas como economia circular, tecnologias da

informação e comunicação e estratégias de profissionalização das cadeias produtivas do leite, mel, fruticultura e cordeiro.

A estrutura física do CIDTS (unidades de referência tecnológica, laboratórios e incubadora de empresas) e de parceiros, através de um sistema de gestão integrada, proporcionará um ambiente favorável para o treinamento de produtores e técnicos rurais participantes do programa rotas da integração nacional, ofertará análises subsidiadas de solos, insumos para alimentação animal e qualidade do leite e do mel, além de ter a capacidade para incubar startups diretamente relacionadas ao setor rural. O CIDTS contará com incubadora de empresas, laboratório de Tecnologia da Informação e Comunicação, auditório, laboratório de processamento de alimentos e um núcleo avançado de reprodução animal.

Através de suas ações, O CIDTS proporcionará um maior desenvolvimento da agricultura e pecuária da região semiárida, seja através da difusão de tecnologias, capacitação de técnicos e produtores rurais, suporte ao empreendedorismo através da incubadora de empresas e até mesmo o desenvolvimento de aplicativos para facilitar o gerenciamento dos empreendimentos rurais. É importante ressaltar que essas ações serão desenvolvidas levando em consideração os princípios da economia circular e com o intuito de geração de renda e melhoria de vida para o homem do campo.

21 ACESSIBILIDADE DO CAMPUS

O Campus Boa Viagem do Instituto Federal do Ceará dispõe de estruturas e equipamentos destinados à acessibilidade de seus diversos ambientes como: rampas de acesso, que possibilitam o acesso de pessoas com mobilidade reduzida aos espaços em desnível com os corredores principais, como o auditório e o piso inferior da biblioteca.

O Campus dispõe ainda de elevadores, que possibilitam o acesso de pessoas com mobilidade reduzida aos pisos superiores do Bloco Administrativo e do Bloco Didático, onde encontram-se as salas de aula. Além disso, o Campus conta com corrimãos, que auxiliam pessoas com mobilidade reduzida no acesso a diferentes níveis de elevação, e em geral encontram-se vinculados a escadas e/ou rampas; entre outros.

22 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, 2014.

BRASIL, **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL, **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL, **Lei 11.788/2008 de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008.

BRASIL, **Parecer CNE/CEB Nº 16/99**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB Nº 1/2004**. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de estágio de alunos da Educação Profissional e do ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2004.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB Nº 4/2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB nº 06/2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – DCNEPTNM.

BRASIL, **Educação Profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico** / Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Disponível em:

http://pronatec.mec.gov.br/cnct/et_informacao_comunicacao/t_rede_computadores.php Data de acesso, 17/02/2016.

Guia de livros didáticos : PNLD 2015 : matemática : ensino médio. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). **Regulamento da Organização Didática (ROD)**. Fortaleza: IFCE, 2015.

Instituto Federal do Ceará (IFCE) – *Campus Cedro*. **Curso de Licenciatura em Matemática: Projeto Pedagógico**. IFCE, 2012.

Instituto Federal do Ceará (IFCE) – *Campus Cedro*. **Projeto do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação**. IFCE, 2012.

Instituto Federal do Ceará (IFCE) – **Manual do Estagiário**. Pró Reitoria de Extensão – PROEXT, 2014.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky. Aprendizado e Desenvolvimento. Um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993

SOUSA, Antonia de Abreu. **Novos Paradigmas da Educação Brasileira**. Mimeo. Fortaleza, 2000.

ANEXOS



INSTITUTO FEDERAL

Ceará

Campus Boa Viagem

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À AGROPECUÁRIA		
Código:	TASL1	
Código: TASL1	Carga horária total: 40h	Créditos: 2
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S1	Pré-requisitos: --
Carga Horária Total:	CH Teórica: 30h	CH Prática: 10h
	Presencial: 40h	Distância: --
	Prática Profissional: --	
	Atividades não Presenciais: 8h	
	Extensão: --	
EMENTA		
Introdução ao estudo da agropecuária com ênfase na profissão de Técnico de Nível Médio em Agropecuária; na domesticação de plantas e animais; na criação de ruminantes e de não ruminantes; em agricultura convencional <i>versus</i> agricultura sustentável; e em sistemas de integração, agroecológicos, agroflorestais e plantio direto.		
OBJETIVO(S)		
1) Fomentar a agricultura socialmente justa, ambientalmente correta e economicamente viável perante os anseios dos camponeses; 2) Integrar o entendimento de várias áreas de conhecimento relevantes com o fim de: a) Aplicar na agricultura princípios ecológicos para conservar e utilizar de forma sustentável os recursos naturais; visando garantir a produtividade e múltiplos outros benefícios diretos e indiretos dos ecossistemas para a sociedade; b) Dignificar o trabalho humano, mitigando a desigualdade social e a degradação ambiental; 3) Reduzir paulatinamente a dependência de insumos externos, também nos âmbitos ambiental, social e econômico.		
PROGRAMA		
UNIDADE I – Introdução à Agropecuária e a formação do Técnico em Agropecuária Origens. 1.2 Histórico das atividades agropecuárias. 1.3 Legislação e perfil do técnico agrícola. 1.4 Importância da agropecuária para economia brasileira. UNIDADE II – A Domesticação de plantas e animais 2.1 Conceito de domesticação. 2.2 Histórico da domesticação. 2.3 Síndrome da domesticação em plantas. 2.4 Bases genéticas da domesticação. 2.5 Síndrome da domesticação em animais. 2.6 Grupos zootécnicos: espécies, raças e variedades.		

UNIDADE III – Criação de animais ruminantes

- 3.1 O que é um ruminante?
- 3.2 Introdução a ovinocaprinocultura
- 3.3 Importância da ovinocaprinocultura
- 3.4 Principais raças criadas no Nordeste
- 3.5 Introdução à Bovinocultura
- 3.6 Importância da bovinocultura para o Nordeste
- 3.7 Principais raças criadas no Brasil
- 3.8 Introdução à Bubalinocultura
- 3.9 Principais raças criadas no Brasil

UNIDADE IV – Criação de não-ruminantes

- 4.1 Importância econômica e social da avicultura
- 4.2 Introdução à avicultura;
- 4.3 Sistemas de criação de aves;
- 4.4 Introdução à suínocultura;
- 4.5 Sistemas de criação de suínos.

UNIDADE V - Agricultura convencional *versus* agricultura sustentável

- 5.1 Agrossistemas tradicionais;
- 5.2 Agrossistemas modernos;
- 5.3 Impactos da agricultura convencional;
- 5.4 Conceito de sustentabilidade;
- 5.5 Agrossistemas alternativos;
- 5.6 Práticas agrícolas sustentáveis.

UNIDADE VI – Agroflorestas, sistemas de integração e sistema de plantio direto

- 6.1 Contextualização;
- 6.2 Agroecologia
- 6.3 Agroflorestas: conceito, importância, vantagens;
- 6.4 Sistemas de integração: possibilidade de integração;
- 6.5 Benefícios da integração;
- 6.6 Sistema de plantio direto;
- 6.7 princípios do plantio direto;
- 6.8 Benefícios do plantio direto.

UNIDADE VII - Agricultura e de precisão

- 7.1 Conceito de agricultura de precisão;
- 7.2 Agricultura de precisão *versus* convencional;
- 7.3 Ferramentas para agricultura de precisão;
- 7.4 Vantagem e desafios da agricultura de precisão;
- 7.5 Considerações finais.

METODOLOGIA DE ENSINO

Serão adotadas estratégias de ensino/aprendizagem pautadas na indissociabilidade teoria/prática, por meio de situações e vivências científico/profissionais como visitas técnicas, atividades de laboratórios, construção de oficinas, experiências em empresas, desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou intervenção, simulações, observações, participação em atividades de extensão rural e social, exposições orais e escritas, utilização de tecnologias de informação e comunicação, dentre outras. Serão ainda adotados instrumentos diversificados de avaliação da aprendizagem que possibilitem ser formativa, contínua e processual quanto ao desempenho dos estudantes e ao período letivo, bem como procedimentos de recuperação paralela como forma de potencializar a aprendizagem. As atividades não presenciais serão planejadas de forma individual e/ou em grupo. As atividades didático pedagógico planejadas para as atividades não presenciais podem ser:

- 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos;
- 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos;

- 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.

AVALIAÇÃO

A avaliação será de caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. Dentro dos procedimentos avaliativos, serão utilizadas observações diárias dos estudantes, aplicação de exercícios, aplicação de provas escritas com ou sem consulta, provas práticas, e seminários. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.

O processo de avaliação da aprendizagem ocorrerá segundo o Regulamento da Organização Didática - ROD do IFCE, 2016.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CAMPOS, A.C.N. **Do campus para o campo**: tecnologias para a produção de ovinos e caprinos. Fortaleza: Gráfica Nacional, 2005, 288p.
2. CAMPOS, A.C.N. **Do Campo para o Campo**: Tecnologias para Produção de bovinos. Fortaleza: Gráfica Nacional. 2005, 286p.
3. MARTINS, G.A.; SOBRINHO, J.N.; CARVALHO, J.M.M. As ações do Banco do Nordeste do Brasil em P & D na arte da pecuária de caprinos e ovinos no Nordeste Brasileiro. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009. 435 p.
4. PEIXOTO, A.M., MOURA, J.C. & FARIA, V.P. **Bovinocultura leiteira**. Fundamentos da exploração racional. Piracicaba, SP: FEALQ, 1986. 326 p.
5. PEIXOTO, A.M.; MOURA, J.C.; FARIA, V.P. 1997. Confinamento de bovinos de corte. Piracicaba: FEALQ, 2000. 150p. PIRES, A.V. (ed.). **Bovinocultura de Corte**: volumes I e II. Editora FEALQ: Piracicaba, 2010. ISBN 978-85-7133-069-5 e 978-85-7133-070-2.
6. PEIXOTO, A. M. História da Sociedade Brasileira de Zootecnia. 3. ed. Piracicaba: Sociedade Brasileira de Zootecnia, 2001, 202 p.
7. SILVA SOBRINHO, A.G. Criação de ovinos. 3ª ed. Jaboticabal: Funep, 2006, 302 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BALBINO, L.C.; BARCELLOS, A de O.; STONE, L.F. Editores técnicos. **Marco referencial: Integração lavoura-pecuária-floresta**. Brasília, DF: Embrapa, 2011. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/920504/marco-referencial-integracao-lavoura-pecuaria-floresta>.
2. SAMBUICHI, R.H.R., et al. A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafios. 1782 Texto para discussão. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**, 2012. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1782.pdf.
3. SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Sistemas Agroflorestais (SAFs): conceitos e práticas para implantação no bioma amazônico/ **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)**. — 1. ed. Brasília: SENAR, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/informe-ao-cacaucultor/manejo/cartilhas-senar/199-sistemas-agroflorestais.pdf>.
4. TAYRONNE, de A.; LEANDRO NETO, J.; GALVÃO, D.O. Organizadores. **MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E AGROECOLOGIA 5** [recurso eletrônico]/. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/arquivos/ebooks/meio-ambiente-sustentabilidade-e-agroecologia-5>.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: INFORMÁTICA APLICADA		
Código: TASI.2	Carga horária total: 40h	Créditos: 2
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S1	Pré-requisitos:
CARGA HORÁRIA	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
	Presencial: 40h	Distância: --
	Prática Profissional: --	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: --	
EMENTA		
Introdução à Informática e a Sistemas Operacionais; Uso de processadores de texto; Uso de planilhas eletrônicas; Elaboração de apresentações de Slides; Sistemas de Informação aplicado ao Agronegócio; Internet e aplicações.		
OBJETIVO		
Utilizar as principais ferramentas da Informática na agropecuária, proporcionando um melhor desempenho de suas atribuições como um profissional adequado ao atual competitivo mercado de trabalho.		
PROGRAMA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Utilização da informática na agropecuária; 2. Sistemas Operacionais; 3. Uso de processadores de texto; 4. Elaboração de planilhas eletrônicas; 5. Elaboração de gráficos; 6. Elaboração de slides para apresentações; 7. Sistemas de Informação aplicado a agropecuária; 8. Internet e aplicações. 		
METODOLOGIA DE ENSINO		
<p>Para aperfeiçoar a compreensão dos conteúdos ministrados, as aulas serão tanto teóricas, quanto práticas. atividades práticas com uso de editores de: texto, planilhas, gráficos e slides, bem como com uso da internet para melhorar a performance do setor agropecuário . Ademais, haverá relatórios, apresentação de seminários, dentre outros. As aulas teóricas serão expositivas e dialogadas. Os conteúdos serão ministrados em sala de aula, laboratório de informática com o apoio de pincel, quadro branco, computadores, livros, textos para discussão e apresentação de slides. O maior intuito das aulas teóricas é fazer com que os estudantes se sintam motivados a questionar e argumentar questões que permeiam uso de ferramentas computacionais.</p> <p>As aulas práticas ocorrerão em consonância com as aulas teóricas para que os alunos possam realizar uma conexão com o que foi, anteriormente, abordado. Assim, haverá estudos de caso, visando as aplicações dos conceitos estudados.</p> <p>Ao final da disciplina como culminância da construção dos conhecimentos as/os alunas/os realizarão o planejamento e realização de uma atividade de extensão (oficinas, seminário, minicurso, palestra) que aborde o cooperativismo no município ou região.</p> <p>Todas as atividades realizadas serão acompanhadas por relatórios escritos, respeitando as normas técnicas vigentes. É importante ressaltar que essas atividades irão compor a</p>		

nota.

As atividades não presenciais serão planejadas de forma individual e/ou em grupo. As atividades didático pedagógico planejadas para as atividades não presenciais podem ser:

- 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos;
- 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos;

Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.

AVALIAÇÃO

Observação do rendimento e desempenho mediante observações, registros, análise de trabalhos, relatórios, provas e seminários. Participação em sala. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.

O processo de avaliação da aprendizagem ocorrerá segundo o Regulamento da Organização Didática - ROD do IFCE, 2016.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIANCI, L e BIZZOTTO, C. E. N. **Informática básica: passo a passo**. Blumenau: Acadêmica, 2000.

MARÇULA, M. e BENINI FILHO, P. A. **Informática: conceitos e aplicações**. São Paulo: Érica, 2005.

RAMALHO, J. A. **Introdução à informática: teoria e prática**. São Paulo: Berkeley Brasil, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATALHA, Mário Otávio (coord.). **Gestão agroindustrial** - v.1. Colaboração de Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais - GEPAI. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. v.1. ISBN 9788522445707.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 420 p. ISBN 9788597008296.

FREITAS, A. A. de; FREIRE JÚNIOR, C. V. (org.). **Manual de gestão rural**. Fortaleza: Sebrae, 2010. 65 p.

LIMA, V. **Manual prático para PCs**. 6. ed. São Paulo: Érica, 1999.

MANZANO, M.I.N.G. e MANZANO, A.L. **Estudo dirigido de informática básica**. 6. ed. São Paulo: Érica, 1998.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL

Ceará

Campus Boa Viagem

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE CIÊNCIA DO SOLOS		
Código: TASI.3	Carga horária total: 40h	Créditos: 2
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S1	Pré-requisitos:
CARGA HORÁRIA	CH Teórica: 20 h	CH Prática: 20 h
	Presencial: 40h	Distância: --
	Prática Profissional: --	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: --	
EMENTA		
Conceitos e composição do solo. Rochas e minerais. Formações geológicas. Intemperismo. Gênese do solo. Propriedades físicas e químicas do solo. Biologia do solo. Manejo sustentável do solo.		
OBJETIVO		
<ol style="list-style-type: none">1. Conhecer os conceitos de solo, a evolução da ciência do solo e sua relação com outras ciências;2. Entender a composição do solo (mineral e orgânica, água e ar) e como esta afeta o crescimento das plantas;3. Debater sobre as principais propriedades físicas, químicas e biológicas do solo e sua relação com o aproveitamento agrícola;4. Conhecer a atuação do intemperismo e os principais fatores e processos que determinam a formação de diferentes solos.		
PROGRAMA		
23	UNIDADE 1	
23.1	Conceitos e composição do solo;	
23.2	Rochas e minerais;	
23.3	Formações geológicas;	
23.4	Intemperismo;	
23.5	Gênese do solo;	
23.6	Classificação dos Solos brasileiros.	
24	UNIDADE 2	
24.1	Arquitetura do solo;	
24.2	Água do solo;	
24.3	Solo e ciclo hidrológico;	
24.4	Aeração e temperatura do solo;	
24.5	Fração coloidal;	
24.6	Acidez e alcalinidade	
24.7	Matéria orgânica do solo.	
25	UNIDADE 3:	
25.1	Ciclagem de Nutrientes;	
25.2	Manejo prático de nutrientes;	
25.3	Propriedades químicas do solo;	
25.4	A adubos e adubações;	

- 25.5 Propriedades físicas do solo;**
25.6 Biologia do solo;
25.7 Manejo e conservação do solo.

- 26 UNIDADE 4:**
26.1 Erosão do solo;
26.2 Solo e poluição Química.
26.3 Manejo sustentável do solo.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositiva/dialogada, estudo dirigido, seminários, grupos de estudos, apresentação de vídeos.

Visitas técnicas a unidades produtoras e formações geológicas naturais.

As atividades não presenciais serão planejadas de forma individual e/ou em grupo. As atividades didático pedagógico planejadas para as atividades não presenciais podem ser:

- 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos;
- 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos;
- 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.

AVALIAÇÃO

Observação do rendimento e desempenho mediante observações, registros, análise de trabalhos, relatórios, provas e seminários. Participação em sala. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.

O processo de avaliação da aprendizagem ocorrerá segundo o Regulamento da Organização Didática - ROD do IFCE, 2016.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRADY, N. C.; WEIL, R. R. **Elementos da Natureza e propriedade dos solos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bookman, 2013. 716 p.

LIER, Q. J. V. **Física do solo**. Viçosa, MG: SBCS, 2010. 298 p.

MARTINEZ, H. E. P. **Relações solo-planta; Bases para a nutrição e produção vegetal**. Viçosa: UFV, 2021. 307 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLEONI, L. R. F.; MELO, V. F. **Química e mineralogia**. Viçosa, MG: SBCS, 2009.
BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 6. ed. São Paulo: Icone. 2008.

MONIZ, A. C. **Elementos de pedologia**. São Paulo: USP, 1972. 459 p.

OLIVEIRA, J. B. **Pedologia aplicada**. Jaboticabal: FUNEP, 2001. 414 p.

PRADO, H. **Solos do Brasil: gênese, morfologia, classificação, levantamento, manejo agrícola e geotécnico**. 3.ed. Piracicaba: H. do Prado, 2003. 275 p.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: APICULTURA		
Código:	TASI.4	
Código: TASI.4	Carga horária total: 40h	Créditos: 2
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S1	Pré-requisitos:
Carga Horária	Teórica: 20h	Prática: 20 h
	Presencial: 40h	Distância: --
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão:	
EMENTA		
Introdução a criação de abelhas sociais aproveitamento dos seus produtos. Pasto apícola. Sistemas de produção apícola. Instalação de apiários. Equipamentos para o manejo das abelhas. Manejo do apiário.		
OBJETIVO		
Desenvolver os principais recursos e métodos de exploração comercial das abelhas de forma sustentável e rentável.		
PROGRAMA		
Unidade I		
1.1 Introdução a criação de abelhas sociais:		
1.2 Origem das abelhas.		
1.3 Histórico do manejo das abelhas.		
1.4 Importância social, econômica e ambiental das abelhas.		
1.5 Anatomia das abelhas.		
1.6 Organização social e do trabalho das abelhas.		
Unidade II		
2.1 Pasto apícola e meliponícola:		
2.2 Composição florística da caatinga.		
2.3 Regime pluvial.		
2.4 Plantas de interesse para as abelhas sociais.		
2.5 Manipulação da vegetação nativa e Espécies exóticas.		
Unidade III		
3.1 Sistemas de produção apícola.		
3.2 Fixista.		
3.3 Migratória.		
3.4 Convencional.		
3.5 Orgânico.		
Unidade IV		
4.1 Instalação de apiários e meliponário:		
4.2 Localização.		
4.3 Preparação da área.		
4.4 Povoamento das colmeias.		
Unidade V		
5.1 Equipamentos para o manejo das abelhas.		
5.2 Colmeias.		
5.3 Equipamentos de proteção Individual.		

- 5.4 Equipamentos de manejo do apiário e meliponário.
- 5.5 Manejo do apiário e meliponário.
- 5.6 Manipulação de colmeias.
- 5.7 Manejo para manutenção.
- 5.8 Manejo para desenvolvimento.
- 5.9 Manejo para produção.
- 5.10 Divisão e multiplicação de colônias.
- 5.11 Produção intensiva de mel (*Apis*).
- 5.12 Controle de inimigos e doenças naturais.
- 5.13 Uso de abelhas na polinização agrícola.

METODOLOGIA DE ENSINO

Para aperfeiçoar a compreensão dos conteúdos ministrados, as aulas serão tanto teóricas, quanto práticas. Desse modo, serão realizadas atividades práticas de condução e manejo das abelhas. Ademais, haverá relatórios, apresentação de seminários, dentre outros.

As aulas teóricas serão expositivas e dialogadas. Os conteúdos serão ministrados em sala de aula com o apoio de pincel, quadro branco, livros, textos para discussão e apresentação de slides. O maior intuito das aulas teóricas é fazer com que os estudantes se sintam motivados a questionar e argumentar questões que permeiam a economia e a administração de propriedades rurais.

As aulas práticas ocorrerão em consonância com as aulas teóricas para que os alunos possam realizar uma conexão com o que foi, anteriormente, abordado. Assim, haverá estudos de caso, visando as aplicações dos conceitos estudados.

Ao final da disciplina como culminância da construção dos conhecimentos as/os alunas/os realizarão o planejamento e realização de uma atividade de extensão (oficinas, seminário, minicurso, palestra) que aborde temas e cadeia produtivas no município ou região. Todas as atividades realizadas serão acompanhadas por relatórios escritos, respeitando as normas técnicas vigentes. É importante ressaltar que essas atividades irão compor a nota.

As atividades não presenciais serão planejadas de forma individual e/ou em grupo. As atividades didático pedagógico planejadas para as atividades não presenciais podem ser:

- 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos;
- 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos;
- 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.

AVALIAÇÃO

Observação do rendimento e desempenho mediante observações, registros, análise de trabalhos, relatórios, provas e seminários. Participação em sala. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.

O processo de avaliação da aprendizagem ocorrerá segundo o Regulamento da Organização Didática - ROD do IFCE, 2016.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- WIESE, H. e SALOMÉ, J. A. **Nova Apicultura**. Agrolivros. 2020. 544p.
ROCHA, J. S. **Manejo de alta produtividade**. Agrolivros. 2018 96p.
COUTO, R. H. N. **Apicultura**. Funep. 2006. 193p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- LANDIM, C da C. **Abelhas - Morfologia e função de sistemas**. UNESP. 2009. 408p.
CORTOPASSI-LAURINO, M. **Abelhas sem Ferrão do Brasil**. Edusp Livraria. 2021. 132p.
GIORDANI, R. J. **Criação Racional De Abelhas Nativas Sem Ferrão**. Editora Clube deAutores. 2021. 176 p.

SANTOS, P. **Apicultura empresarial: Transformando a criação de abelhas em negócio.** Canal 6 Editora. 2020. 132 p.
NORDI, J. C. e BARRETO, L.M.R.C. **Flora Apícola e Polinização.** Editora Cabral, 128p.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL

Ceará

Campus Boa Viagem

DISCIPLINA: MATEMÁTICA APLICADA		
Código:	TASI.5	
Código: TASI.5	Carga horária total: 40h	Créditos: 2
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S1	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00h
	Presencial: 40h	Distância:--
	Prática Profissional: --	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: --	
EMENTA		
Regra de três, porcentagem e cálculo de áreas e volume; cálculos de ordem geral, regra de três e porcentagem; geometria espacial e plana; regra de três, porcentagem, geometria plana e espacial, Trigonometria; operações trigonométricas com calculadora científica e funções; regra de três, porcentagem e cálculo de área e volume.		
OBJETIVO		
Desenvolver competências e habilidades; Compreender e aplicar os métodos corretamente.		
PROGRAMA		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: 1. Regra de três e porcentagem; 2. Cálculo de áreas e volume; 3. Cálculos de ordem geral; 4. Geometria espacial e plana; 5. Operações trigonométricas com calculadora científica e funções.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aula expositiva, trabalho em grupo e individual. As atividades não presenciais serão planejadas de forma individual e/ou em grupo. As atividades didático pedagógico planejadas para as atividades não presenciais podem ser: 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos; 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos; 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.		
AVALIAÇÃO		
Será contínua, verificando-se a compreensão de quais procedimentos utilizar para resolver situações – problema. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente. O processo de avaliação da aprendizagem ocorrerá segundo o Regulamento da Organização Didática - ROD do IFCE, 2016.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BARROSO, J. M. Matemática. São Paulo: Moderna, 2010. v.2. SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. Matemática: ensino médio. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v.1. ISBN 85- 02-09412-3 SOUZA, J. R. Novo olhar de matemática. São Paulo: FTD, 2010. v.2.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. IEZZI, G.; DOLCE, O.; DEGENSZAIN, D.; PÉRIGO, R. Matemática. 4. ed. São Paulo: Atual, 2007.
2. IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos da matemática elementar. São Paulo: Atual, 2005. v. 1. 46 MELLO, J. L. P.; BARROSO, J. M. Matemática. São Paulo: Moderna, 2005.
3. PAIVA, M. Matemática. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
4. YOUSSEF, A. N. Matemática: volume único para o ensino médio. São Paulo: Scipione, 2004. (Coleção de Olho no mundo do trabalho).

Coordenador do Curso**Setor Pedagógico**

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE AGROINDUSTRIA		
Código: TASI.6	Carga horária total: 40h	Créditos: 2
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S1	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 30h	CH Prática: 10h
	Presencial: 40h	Distância: --
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: --	
EMENTA		
<p>Importância da tecnologia de alimentos. Composição Química. Propriedades físico-químicas. Métodos de conservação. Microbiologia. Produtos de origem animal e Vegetal. Leite e derivados. Carnes e derivados. Pescados. Óleos e Gorduras. Cereais e Panificação. Processamento de frutas e hortaliças. Características organolépticas.</p>		
OBJETIVO(S)		
<p>Trabalhar de forma eficaz e eficiente na fabricação de produtos de origem animal e vegetal de qualidade.</p>		
PROGRAMA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Importância da tecnologia de alimentos; 2. Microbiologia dos alimentos; 3. Métodos de conservação de alimentos; 4. Leite e derivados; 5. Carnes, pescados e derivados. 6. Ovos e produtos derivados; 7. Processamento de frutas e hortaliças. 8. Características organolépticas de alimentos. 		
METODOLOGIA DE ENSINO		
<p>Serão adotadas estratégias de ensino/aprendizagem pautadas na indissociabilidade teoria/prática, por meio de situações e vivências científico/profissionais como visitas técnicas, atividades de laboratórios, construção de oficinas, experiências em empresas, desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou intervenção, simulações, observações, participação em atividades de extensão rural e social, exposições orais e escritas, utilização de tecnologias de informação e comunicação, dentre outras. Serão ainda adotados instrumentos diversificados de avaliação da aprendizagem que possibilitem ser formativa, contínua e processual quanto ao desempenho dos estudantes e ao período letivo, bem como procedimentos de recuperação paralela como forma de potencializar a aprendizagem. As atividades não presenciais serão planejadas de forma individual e/ou em grupo. As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos; 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos; 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas. 		

AVALIAÇÃO	
<p>A avaliação será de caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. Dentro dos procedimentos avaliativos, serão utilizadas observações diárias dos estudantes, aplicação de exercícios, aplicação de provas escritas com ou sem consulta, provas práticas, e seminários. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.</p> <p>O processo de avaliação da aprendizagem ocorrerá segundo o Regulamento da Organização Didática - ROD do IFCE, 2016.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BARUFALDI, R., OLIVEIRA, M. N. de. Fundamentos de Tecnologia de Alimentos. São Paulo: Atheneu, 1998.</p> <p>GAVA, A. J. Princípios de Tecnologia de Alimentos. SÃO PAULO, NOBEL, 2009. 512 p.</p> <p>MAIA, G. G.; SOUSA, P. H. M.; LIMA, A. S.; CARVALHO, J. M.; FIGUEIREDO, R. W.</p> <p>Processamento de frutas tropicais. Fortaleza-Ce, UFC, 2009.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>MORETTO, E. & FETT R. Tecnologia de Óleos e Gorduras Vegetais na Indústria de Alimentos. São Paulo:Livraria Varela, 1998. 150p. (p.46-47)</p> <p>PARDI, M.C.; SANTOS, I.F.; SOUZA, E.R.; PARDI, H.S. Ciência, higiene e tecnologia dacarne. Volume II. Goiânia: UFG, 2001. 624-1147p.</p> <p>AGUIRRE, J.M. & GASPARINO FILHO J. Desidratação de frutas e hortaliças. Campinas:ITAL, 2002. 205p.</p> <p>ARAÚJO, J.M.A. Química de Alimentos - Teoria e Prática. Viçosa:UFV, 1999. 416p.</p> <p>TRONCO, V. M. Aproveitamento do leite e elaboração dos seus derivados na propriedade rural. Guaíba: Agropecuária, 1996.</p> <p>ESKIN, M.; SHAHIDI, F. Bioquímica de Alimentos. Elsevier, 2015.</p>	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL

Ceará

Campus Boa Viagem

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO RURAL E EMPREENDEDORISMO		
Código: TASI.7	Carga horária total: 40h	Créditos: 2
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S1	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 30 h	CH Prática: 10 h
	Presencial: 40h	Distância: --
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: --	
EMENTA		
<p>Custo de produção. Fatores que afetam os resultados econômicos. Teoria da administração. Diagnostico gerencial. Contabilidade agrícola. Planejamento agrícola. Projetos agropecuários. Conceitos de empreendedorismo, plano de negócios, estágios de desenvolvimento de uma empresa.</p>		
OBJETIVOS		
<p>Conscientização e Apresentação de Técnicas Administrativas e Planejamento da Empresa Rural e do Agronegócio, bem como conhecer as incertezas e riscos, a dinâmica empresarial atual e a complexidade do ambiente, pelas demandas e pelas mudanças, cada vez mais profundas e velozes, apresentam muitos desafios e oportunidades.</p>		
PROGRAMA		
<ol style="list-style-type: none">1. Teoria da administração;2. Diagnóstico gerencial;3. Fatores que afetam os resultados econômicos;4. Contabilidade agrícola;5. Custo de produção;6. Planejamento agrícola;7. Projetos agropecuários.8. Conceitos de empreendedorismo: o que é o processo empreendedor, perfil do empreendedor, dinâmica de uma empresa.9. Plano de negócios: processo decisório de escolha de um negócio, decisão de metas e objetivos, captação de recursos. Estágios de desenvolvimento de empresas.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
<p>Para aperfeiçoar a compreensão dos conteúdos ministrados, as aulas serão tanto teóricas, quanto práticas. Desse modo, serão realizadas atividades práticas de elaboração de planos de negócio, análise de custo e projetos agropecuários. Ademais, haverá relatórios, apresentação de seminários, dentre outros. As aulas teóricas serão expositivas e dialogadas. Os conteúdos serão ministrados em sala de aula com o apoio de pincel, quadro branco, livros, textos para discussão e apresentação de slides. O maior intuito das aulas teóricas é fazer com que os estudantes se sintam motivados a questionar e argumentar questões que permeiam a economia e a administração de propriedades rurais. As aulas práticas ocorrerão em consonância com as aulas teóricas para que os alunos possam realizar uma conexão com o que foi, anteriormente, abordado. Assim, haverá estudos de caso, visando as aplicações dos conceitos estudados. Ao final da disciplina como culminância da construção dos conhecimentos as/os alunas/os realizarão o</p>		

planejamento e realização de uma atividade de extensão (oficinas, seminário, minicurso, palestra) que aborde temas e cadeia produtivas no município ou região. Todas as atividades realizadas serão acompanhadas por relatórios escritos, respeitando as normas técnicas vigentes. É importante ressaltar que essas atividades irão compor a nota. As atividades não presenciais serão planejadas de forma individual e/ou em grupo. As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser:

- 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos;
- 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos;
- 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.

AValiação

A avaliação da aprendizagem será realizada por meio de provas escritas e trabalhos. Ressalta-se que serão distribuídas atividades complementares que ajudarão a compor as notas das avaliações. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.

O processo de avaliação da aprendizagem ocorrerá segundo o Regulamento da Organização Didática - ROD do IFCE, 2016.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BATALHA, M. O. (coord.). **Gestão agroindustrial** - v.1. Colaboração de Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais - GEPAL. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. v.1. ISBN 9788522445707.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 420 p. ISBN 9788597008296.

FREITAS, A. A. de; FREIRE JÚNIOR, Carlos Viana (org.). **Manual de gestão rural**. Fortaleza: Sebrae, 2010. 65 p.

SERTEK, Paulo. **Empreendedorismo - 4ª edição rev. e atual**. Ibpex. Livro. (212 p.). ISBN 9788599583227. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788599583227>. Acesso em: 03 out. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMARGO, G. D. R. M. de. **Empreendimentos econômicos solidários**. Editora: Contentus. 69 p. ISBN: 9786557457306. Disponível em <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188058/pdf/0>.

MENDES, J. T. G. e PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. *E-book* (384 p.). ISBN 9788576051442. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/414>. Acesso em: 03 out. 2022.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. 7ª ed. São Paulo: Atlas. 2015. 360 p. ISBN-13: 978-8597000719.

FIORINI, C. e ZAMPAR, Antônio. **Cooperativismo e empreendedorismo**. Pandorga Editora. 2015. 312 p. ISBN-13: 978-8561784737.

BECHO, Renato Lopes. **Elementos De Direito Cooperativo**. Revista dos Tribunais; Nova Edição^a. 2019. 296 p. ISBN-13: 978-8553218066

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: OLERICULTURA		
Código: TASII.1	Carga horária total: 80h	Créditos: 4
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S2	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 60 h	CH Prática: 20 h
	Presencial: 80h	Distância: --
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 16h	
	Extensão: --	
EMENTA		
<p>Introdução à olericultura. Importância social, econômica e nutricional das hortaliças. Classificação botânica e caracterização morfológica. Ecofisiologia; propagação de plantas e tecnologias de produção das principais hortaliças de interesse comercial regional e estadual, dando ênfase às características edafoclimáticas. Sistemas de cultivo, cultivares, tratamentos culturais, colheita e pós-colheita de hortaliças. Comercialização. Análise econômica. Impactos da atividade agropecuária sobre o meio ambiente. Experiências agrícolas afro-brasileiras, africanas e indígenas e suas contribuições com a olericultura.</p>		
OBJETIVOS		
<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a formação do profissional do Técnico em Agropecuária, enfocando uma visão holística da produção de hortaliças; • Estudar conceito e as diferentes classificações das hortaliças: classificação botânica, classificação baseada nas partes utilizada na alimentação, principais famílias e espécies cultivadas comercialmente; • Capacitar os discentes para atuarem na propagação de hortaliças: viveiros, estufas, substratos, recipientes, propagação sexuada e assexuada, produção de mudas; • Capacitar os discentes na implantação e condução das espécies olerícolas cultivadas e/ou comercializadas regionalmente nos diferentes sistemas de produção; • Enfocar uma visão geral das atividades associadas à elaboração e execução de planejamento de hortas domésticas, escolares e comerciais. • Fornecer conhecimentos básicos e aplicados sobre a fisiologia das principais culturas oleráceas. • Estimular o cultivo de espécies olerícolas analisando resultados econômicos. 		
PROGRAMA		
<p>Unidade I – Introdução Conceito; Cenário da olericultura no Brasil e no mundo; tipos de exploração olerícola, Classificação das hortaliças de acordo com a parte consumida/comercializada; Ferramentas utilizadas em hortas; noções de fatores edafoclimáticos; Tratos culturais genéricos em hortaliças.</p> <p>Unidade II - FERTILIDADE DE SOLOS E NUTRIÇÃO DE PLANTAS Macro e micronutrientes; coleta de solo para análise físico-química; interpretação básica de análise de solo; calagem e nutrição mineral e orgânica; adubação de fundação, cobertura, fertirrigação e adubação foliar. Hidroponia.</p> <p>Unidade III - PROPAGAÇÃO DE PLANTAS: Propagação sexuada e assexuada; Semeadura direta e indireta</p> <p>Unidade IV - OLERICULTURA ESPECIAL: Família Asteraceae (alface); Família Apiaceae (Cenoura, coentro); Família Liliácea (cebolinha, alho, cebola), Família Solanácea (tomate, pimentão, pimentas, berinjela); Família Cucurbitáceas (melancia, abóbora, moranga); Família Brassicaceae (rúcula e couve de folha); Família Quenopodiácea (Beterraba); Família Convolvulácea (batata-doce); Importância, social, econômica e nutricional; origem e botânica; morfologia e Ecofisiologia;</p>		

fatores edafoclimáticos; tipos varietais; mercado consumidor no Brasil e no Ceará; cultivares de clima quente; produção de mudas; tecnologias de produção; tratos culturais e controle fitossanitário; colheita, comercialização e análise de resultado econômico.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas com recursos audiovisuais em sala de aula; Aulas práticas em campo; visitas técnicas; Atendimento individual ou em grupos; Acompanhamento de culturas no campo; revisões bibliográficas, Seminários. Trabalhos em equipe. As atividades não presenciais serão planejadas de forma individual e/ou em grupo. As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser:

- 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos;
- 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos;
- 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.

AVALIAÇÃO

A avaliação será de caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. Os recursos avaliativos serão baseados no § 1º alínea de I a XV do Art. 94 do Regulamento da Organização Didática. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.

O processo de avaliação da aprendizagem ocorrerá segundo o Regulamento da Organização Didática - ROD do IFCE, 2016.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COMO plantar hortaliças. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 27 p. ISBN 9788573833408.

FILGUEIRA, F. A. Novo Manual de Olericultura: Agro tecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa, MG: UFV, 2007, 421p. ISBN 9788572693134.

PAULA JÚNIOR, T. J.; VENZON, M. 101 culturas: manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte, EPAMIG, 2007, 800p. ISBN 9788599764046

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROWSE, P. M. A propagação das plantas: sementes, raízes, bolbos e rizomas, mergulhia, estacas de madeira e foliares, enxertia de borbulha e de cavalo e garfo. Tradução de Mário F. Bento Ripado. 3. ed. [S.l.]: Publicações Europa-América, 1979. 230 p. (Euroagro). ISBN 9721072370081.

CRUZ, G. F; FEITOSA, Albuquerque, F. A. Controle de pragas e doenças de flores e hortaliças. Frutal 2003: 10 anos, Fortaleza, n. 10, 2003.

MALUF, W. R. Produção de hortaliças. Lavras. UFLA, 2001, 70Pp. Disponível em http://www3.ufla.br/%Ewrmaluf/FIT_111Apostila_2001.pdf acesso em 28/02/2019 LOPES, C. A.; ÁVILA, A. C. de (Org.). Doenças do tomateiro. 2. ed. Brasília: EmbrapaHortaliças, 2005. 151 p. ISBN 9788586413054

SANTOS, A. C. P.; MARQUES, P. A. A. BALDOTTO, P. V. Alface: bandejas sob medida. Cultivar: Hortaliças e Frutas. Ano V, n. 27, p. 20-22, ago-set 2004. Periódicos: Ciência e Agrotecnologia. Editora UFLA, ISSN 14137054

Horticultura Brasileira, Associação Brasileira De Horticultura. ISSN 102-03Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira – Revista PAB. Embrapa – ISSN: 1678-392

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: FRITUCULTURA		
Código: TASII.2	Carga horária total: 80h	Créditos: 4
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S2	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 60 h	CH Prática: 20 h
	Presencial: 80h	Distância: --
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 16h	
	Extensão: --	
EMENTA		
<p>Fruticultura geral. Origem e importância econômica, classificação botânica e cultivares, clima e solos, propagação, implantação, tratamentos culturais, controle fitossanitário, colheita, classificação e comercialização das fruteiras: banana, manga, caju, maracujá, coco, mamão, citros, abacaxi, acerola e outras noções de manejo.</p>		
OBJETIVOS		
<p>Proporcionar ao discente conhecimento básicos sobre a exploração racional, sustentável econômica das plantas frutíferas. Identificar a importância da fruticultura no cenário nacional e mundial; dominar os diferentes métodos de propagação vegetativa; conhecer os principais fatores edafoclimáticos para instalação de um pomar; planejar e executar o manejo das diferentes fruteiras tropicais de importância econômica para a região,</p>		
PROGRAMA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Importância da fruticultura; 2. Instalação de viveiros e pomares; 3. Produção de mudas de fruteiras; 4. PIF (Produção Integrada de Frutas); 5. Principais fruteiras (Origem, importância econômica, social, classificação botânica, descrição da planta, propagação, clima, solo, espaçamento, plantio, tratamentos culturais, manejo integrado de pragas, colheita e pós-colheita e viabilidade econômica): <ol style="list-style-type: none"> a. Citros; b. Banana; c. Abacaxi; d. Maracujá; e. Manga; f. Mamão; g. Coco; h. Caju; i. Acerola 		
METODOLOGIA DE ENSINO		
<p>Os conteúdos serão ministrados por meio de aulas teóricas dialogadas e aulas de campo nas instalações rurais do campus, possibilitando a relação teoria e prática por meio do uso de recursos como quadro acrílico e acessórios; retroprojetor; unidades de produção de frutas; vídeos; aulas expositivas discursivas. Viagem técnica: serão programadas adicionalmente visitas técnicas a empresas produtoras de frutas da região. As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos; 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos; 		

- 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.

AVALIAÇÃO

A avaliação será de caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. Os recursos avaliativos serão baseados no § 1º alínea de I a XV do Art. 94 do Regulamento da Organização Didática. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.

O processo de avaliação da aprendizagem ocorrerá segundo o Regulamento da Organização Didática - ROD do IFCE, 2016.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, ÉLIO JOSÉ. A cultura da banana: aspectos técnicos, sócio-econômicos e agroindustriais. 2a ed. Revisada. Brasília: Embrapa. 1999.

FERREIRA, JOANA MARIA SANTOS, WARWICK, DULCE REGINA NUNES; SIQUEIRA, LUIZ ALBERTO. A cultura do coqueiro no Brasil. 2a ed. Revista ampliada. Brasília: Embrapa. 1998.

FREIRE, FRANCISCO DAS CHAGAS DE OLIVEIRA; CARDOSO, JOSÉ EMILSON; VIANA, FRANCISCO MARTO PINTO. Doenças de fruteiras tropicais de interesse econômico. Brasília: Embrapa, 2003.

GENU, PEDRO JAIME DE CARVALHO; PINTO, ALBERTO CARLOS DE QUEIROZ. A cultura da mangueira. Brasília: Embrapa, 2002.

MOREIRA, Sílvio, 1900-; RODRIGUES FILHO, Antonio José. Cultura dos citrus: laranja, limões, tangerinas, limas. São Paulo: Melhoramentos, [1948]. 120 p.

MEDINA, JÚLIO CÉSAR. Abacaxi: cultura, matéria-prima, processamento e aspectos econômicos. 2a ed. Campinas: ITAL. 1987.

IDE, Carlos David et al. A Cultura da goiaba: perspectivas, tecnologias e viabilidade. Niterói, RJ: PESAGRO - RIO, 2001. 36 p.

RUGGIERO, CARLOS. Maracujá: do plantio à colheita. Jaboticabal: UNESP. 1998.

SÃO JOSÉ, ABEL REBOUÇAS. Maracujá: produção e mercado. Vitória da Conquista: UESB. 1994.

SIMÃO, SALIM. Manual de fruticultura. Piracicaba: Ceres. 1970.

SOUSA, Julio Seabra Inglês de. Cultura da videira. São Paulo: Melhoramentos, 1956. 295 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, R. P. Fruticultura Brasileira. 2. Ed. São Paulo, Nobel, 1975. 446p. CUNHA, GETÚLIO AUGUSTO PINTO DA; CABRAL, JOSÉ RENATO SANTOS;

SOUZA, LUIZ FRANCISCO DA SILVA. O abacaxizeiro: cultivo, agroindústria e economia. Brasília: Embrapa. 1999.

GONZAGA NETO, Luiz. A Cultura da acerola. 2. ed. Brasília: Embrapa Semiárido, 1999. 112 p. (Coleção Plantar, 40).

JOAQUIM; MORAIS, OTONIEL MAGALHÃES. Manga: tecnologia de produção e mercado. Vitória da Conquista: UESB. 1996.

PINTO, Alberto Carlos de Queiroz; SILVA, Euzébio Medrado da. A Cultura da graviola. Brasília: Embrapa-SPI, 1995. 102 p. (Coleção Plantar, 31.)

SILVA, VALDERI VIEIRA DA. Caju. Brasília: Embrapa. 1998.

A CULTURA do abacaxi. 2. ed. Brasília: Embrapa, 2006. 91 p. (Coleção Plantar).

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: TOPOGRAFIA		
Código: TASII.3	Carga horária total: 80h	Créditos: 4
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S2	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 60 h	CH Prática: 20 h
	Presencial: 80h	Distância: --
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 16h	
	Extensão: --	
EMENTA		
Introdução a Topografia; Equipamentos Topográficos; Orientação e Alinhamentos; Planimetria e Altimetria; Sistema de Posicionamento Global (GPS), Volumetria-Terraplanagem; Levantamento Topográfico, Desenho Topográfico;		
OBJETIVOS		
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os equipamentos e técnicas empregadas para a determinação de ângulos e distâncias em levantamentos topográficos; • Conhecer as referências espaciais e normas técnicas empregadas em levantamentos topográficos; • Aplicar conceitos de volumetria para a determinação do volume de solos, rochas, corpos d'água, etc; conhecer as normas técnicas e softwares empregados na execução de desenhos topográficos. 		
PROGRAMA		
Introdução a Topografia; Equipamentos Topográficos; Orientações e Alinhamentos; Planimetria, Altimetria; Sistema de Posicionamento Global (GPS); Volumetria – Terraplanagem; Levantamento Topográfico e Georeferenciamento; Desenho Topográfico.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, estudo dirigido, seminários, grupos de estudos, apresentação de vídeos. Aula Prática: elaboração de levantamentos topográficos. As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser: <ol style="list-style-type: none"> 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos; 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos; 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas. 		
AVALIAÇÃO		
Observação do rendimento e desempenho mediante observações, registros, análise de trabalhos, relatórios, provas e seminários. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente. O processo de avaliação da aprendizagem ocorrerá segundo o Regulamento da Organização Didática - ROD do IFCE, 2016.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

BORGES, A. C. Topografia: Aplicada à Engenharia Civil. V1. Blucher, 2013. MC
CORMAC, J. Topografia. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 408 p.
CASACA, J. Matos, J. L. Dias, J. M.B. Topografia Geral. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC,
2007. 216p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COMASTRI, J. A.; TULER, J. C. Topografia – Altimetria. 3. ed. Viçosa: UFV, 2003.200p.
ESPARTEL, L. Curso de topografia. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1980.
GARCIA, G. J. PIEDADE, C. Topografia aplicada às ciências agrárias. São Paulo:Nobel,
1989. 257p
BORGES, A. de Campos. Topografia, V.1. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.206p.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: ALIMENTOS E ALIMENTAÇÃO ANIMAL		
Código: TASII.6	Carga horária total: 40h	Créditos: 2
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S2	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 30 h	CH Prática: 10 h
	Presencial: 40h	Distância: --
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: --	
EMENTA		
<p>Conceitos aplicados à nutrição animal. Diferença dos tratos digestórios de ruminantes e não ruminantes. Estudo dos alimentos volumosos e concentrados proteicos e energéticos. Fontes suplementares de vitaminas e minerais. Utilização de fontes nitrogenadas não proteicas na alimentação animal. Principais alimentos convencionais e alternativos utilizados na alimentação animal. Manejo nutricional das principais espécies de interesse zootécnico. Princípios de processamento, do preparo e da conservação de alimentos. Conceitos gerais sobre análises de alimentos. Coleta e preparo de amostras. Determinação da composição química dos alimentos pelos métodos de Weende e Van Soest. Análise e determinação dos principais nutrientes dos alimentos. Princípio de formulação de rações.</p>		
OBJETIVOS		
<ul style="list-style-type: none"> • Aprender os princípios básicos da anatomia e fisiologia do trato digestório de animais de interesse zootécnico e seus processos digestivos. • Conhecer e entender os princípios e conceitos pertinentes às análises de alimentos. • Identificar os principais alimentos e os alimentos alternativos utilizados na alimentação animal. • Compreender os processos de coleta, preparo e análise dos componentes nutricionais de concentrados e volumosos. • Elaborar métodos de manejo alimentar dos animais. • Formular e balancear rações para as diferentes categorias animais. 		
PROGRAMA		

1. Conceitos atualizados de nutrição e alimentação animal;
2. Anatomia e fisiologia dos aparelhos digestórios das espécies domésticas;
3. Classificação dos alimentos para animais;
4. Estudo dos alimentos volumosos;
5. Conservação de alimentos volumosos;
6. Estudo dos alimentos concentrados
7. Suplementos vitamínicos e minerais;
8. Uso da ureia na alimentação animal;
9. Introdução e histórico da análise de alimentos;
10. Métodos de Coleta e preparo de amostras de alimentos para análises químicas.
11. Método de Weende e Van Soest para determinação da composição química.
12. Análise de matéria seca, matéria mineral, proteína bruta, extrato etéreo e frações fibrosas;
13. Aspectos gerais do manejo alimentar de espécies de interesse zootécnico;
14. Exigências nutricionais dos animais de produção;
15. Manejo alimentar de ruminantes;
16. Manejo alimentar de não ruminantes;
17. Formulação de rações;

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teórico/práticas com utilização de Datashow, quadro e utilização de laboratório para análises químicas. Aulas com exercícios e estudos dirigidos dos conteúdos abordados nas aulas práticas. O docente estará à disposição dos alunos em horários pré- estabelecidos para esclarecimento de dúvidas e discussão dos conteúdos. As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser:

- 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos;
- 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos;
- 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.

AVALIAÇÃO

A avaliação é realizada de forma processual e cumulativa. A saber: avaliações escritas, trabalhos extra sala de aula, seminários e grupos de discussão em sala. A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.

O processo de avaliação da aprendizagem ocorrerá segundo o Regulamento da Organização Didática - ROD do IFCE, 2016.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERCHIELLI, T. T.; PIRES, A. V.; OLIVEIRA, S. G. de. **Nutrição de ruminantes**. Jaboticabal: FUNEP, 2011. 619 p. ISBN 9788578050689.

SAKOMURA, Nilva Kazue et al. **Nutrição de não ruminantes**. Jaboticabal - FUNEP, 2014, 678p.

SILVA, D. J.; QUEIROZ, A. C. **Análise de alimentos: métodos químicos e biológicos**. 3. ed. Viçosa: UFV, 2002. 235 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, F. P. **Métodos de Análise de Alimentos**. Piracicaba: FEALQ, 2004.135 p.

CECCHI, H. M. **Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2003. 207 p. ISBN 8526806416.

COUTO, H. P. **Fabricação de rações e suplementos para animais: gerenciamento e tecnologias**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2008. 263 p.

LANA, R. de P. **Nutrição e alimentação animal: mitos e realidades**. 2. ed. Viçosa, MG: UFV, 2007. 344 p.

VALADARES FILHO, S. C. *et al.* **Tabelas Brasileiras de composição de alimentos**

para bovinos. 3. ed. São Paulo: Suprema Gráfica e Editora, 2010. 502 p.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: EXTENSÃO RURAL		
Código: TASI.4	Carga horária total: 40h	Crédito: 2
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S2	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 30 h	CH Prática: 10 h
	Presencial: 40h	Distância: --
	Prática Profissional: --	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: --	
EMENTA		
Introdução à sociologia rural; Noções sobre Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário; Políticas e Programas Públicos de Extensão Rural no Brasil e Ceará; metodologias participativas de planejamento rural.		
OBJETIVOS		
Desenvolver os principais recursos e métodos de extensão e difusão rural e atuar na transformação da situação atual visando o desenvolvimento rural sustentável.		
PROGRAMA		
<p>Unidade I- Introdução à sociologia rural;</p> <p>1.1 A formação da sociedade rural brasileira e a distinção rural/urbano;</p> <p>1.2 A importância da cultura africana, afro-brasileira e indígena no Brasil e na formação da sociedade rural brasileira.</p> <p>1.3 Relações interétnicas e Identidade étnica.</p> <p>1.4 Teorias do campesinato; capitalismo agrário e relações de trabalho no campo.</p> <p>1.5 Questão agrária, estrutura agrária brasileira e reforma agrária.</p> <p>1.6 Revolução verde.</p> <p>1.7 Desenvolvimento sustentável.</p> <p>Unidade II – O que é extensão rural</p> <p>2.1 Histórico da extensão rural no Brasil e no Ceará.</p> <p>2.2 Conceito atual de extensão rural.</p> <p>2.3 Comunicação, métodos e técnicas de extensão rural.</p> <p>2.4 Metodologias participativas de planejamento rural.</p> <p>2.5 Noções sobre Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.</p> <p>Unidade III Políticas públicas de extensão rural.</p> <p>3.1 Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.</p> <p>3.2 Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária.</p> <p>3.4 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.</p> <p>3.5 Programas e projetos públicos atuais de extensão rural.</p>		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Para aperfeiçoar a compreensão dos conteúdos ministrados, as aulas serão tanto teóricas, quanto práticas. Desse modo, serão realizados planos de implantação de ações de assistência técnica e extensão rural, com atividades práticas de elaboração de eventos,		

visitas e oficinas. Ademais, haverá relatórios, apresentação de seminários, dentre outros. As aulas teóricas serão expositivas e dialogadas. Os conteúdos serão ministrados em sala de aula com o apoio de pincel, quadro branco, livros, textos para discussão e apresentação de slides. O maior intuito das aulas teóricas é fazer com que os estudantes se sintam motivados a questionar e argumentar questões que permeiam a economia e a administração de propriedades rurais. As aulas práticas ocorrerão em consonância com as aulas teóricas para que os alunos possam realizar uma conexão com o que foi, anteriormente, abordado. Assim, haverá estudos de caso, visando as aplicações dos conceitos estudados. Ao final da disciplina como culminância da construção dos conhecimentos as/os alunas/os realizarão o planejamento e realização de uma atividade de extensão (oficinas, seminário, minicurso, palestra) que aborde temas e cadeia produtivas no município ou região. Todas as atividades realizadas serão acompanhadas por relatórios escritos, respeitando as normas técnicas vigentes. É importante ressaltar que essas atividades irão compor a nota. As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser:

- 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos;
- 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos;
- 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.

AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem será realizada por meio de provas escritas e trabalhos. Ressalta-se que serão distribuídas atividades complementares que ajudarão a compor as notas das avaliações. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.

O processo de avaliação da aprendizagem ocorrerá segundo o Regulamento da Organização Didática - ROD do IFCE, 2016.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PRADO Jr. C. **Formação do Brasil contemporâneo**. Companhia das Letras. 2011. 464p.

LUSTOSA, M das G. O. P. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza**. Cortez. 320 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Paz & Terra. 2021. 123p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREITAS, A. A. de; FREIRE JÚNIOR, Carlos Viana (org.). **Manual de gestão rural**. Fortaleza: Sebrae, 2010. 65 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Paz & Terra. 2019. 256p.

MATTEI, L. **Reforma Agrária no Brasil: Trajetória e Dilemas**. Insular 2017. 298 p.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. *E-book* (384 p.). ISBN 9788576051442. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/414>. Acesso em: 03 out. 2022.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. Editora WMF Martins Fontes. 288 p. 2017.

Coordenado Curso	Setor Pedagógico
-------------------------	-------------------------

DISCIPLINA: PRODUÇÃO DE RUMINANTES		
Código: TASIII.1	Carga horária total: 80h	Créditos: 4
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S3	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 60 h	CH Prática: 20 h
	Presencial: 80h	Distância: --
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 16h	
	Extensão: --	
EMENTA		
Anatomia e fisiologia do trato digestório de ruminantes; Manejo e produção de ovinos e caprinos; Bovinocultura de leite Bovinocultura de corte.		
OBJETIVOS		
Desenvolver o senso crítico do aluno quando aos sistemas de produção de ruminantes; Conhecer as principais espécies e raças de animais ruminantes de interesse zootécnico, ressaltando as suas peculiaridades; Orientar sobre as instalações necessárias, manejo alimentar, geral, sanitário e reprodutivo dos rebanhos de ruminantes; Construir o entendimento dos processos produtivos ligados à produção animal.		
PROGRAMA		
UNIDADE I. – Anatomia e fisiologia do trato digestório de ruminantes Composição do trato digestório de ruminantes; Desenvolvimento dos pré-estômagos; Digestão e absorção dos nutrientes em ruminantes.		
UNIDADE II. – Manejo e produção de ovinos e caprinos Introdução à ovinocaprinoicultura; Principais genótipos para produção em ovinocaprinoicultura; Sistemas de produção e instalações na produção de pequenos ruminantes; Manejo geral, nutricional, sanitário e reprodutivo de pequenos ruminantes; Produtos da ovinocaprinoicultura; Evolução de rebanhos.		
UNIDADE III. – Bovinocultura de leite Introdução à bovinocultura leiteira; Principais genótipos para a produção leiteira no Brasil; Seleção e cruzamentos para produção de leite bovino; Sistemas de produção e instalações na bovinocultura leiteira; Manejo geral, nutricional, sanitário e reprodutivo de bovinos leiteiros; Manejo e higiene na ordenha; Impacto ambiental da bovinocultura de leite; Evolução de rebanho.		
UNIDADE IV. – Bovinocultura de corte Introdução à bovinocultura de corte; Principais genótipos para a produção de carne bovina no Brasil; Seleção e cruzamentos para a produção de carne bovina; Sistemas de produção e instalações na bovinocultura de corte; Manejo geral, nutricional, sanitário e reprodutivo na bovinocultura de corte; Impacto ambiental da bovinocultura de corte e estratégias para minimizar tais impactos; Evolução de rebanho.		

METODOLOGIA DE ENSINO

Serão adotadas estratégias de ensino/aprendizagem pautadas na indissociabilidade teoria/prática, por meio de situações e vivências científico/profissionais como visitas técnicas, atividades de laboratórios, construção de oficinas, experiências em empresas, desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou intervenção, simulações, observações, participação em atividades de extensão rural e social, exposições orais e escritas, utilização de tecnologias de informação e comunicação, dentre outras. Serão ainda adotados instrumentos diversificados de avaliação da aprendizagem que possibilitem ser formativa, contínua e processual quanto ao desempenho dos estudantes e ao período letivo, bem como procedimentos de recuperação paralela como forma de potencializar a aprendizagem.

As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser:

- 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos;
- 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos;
- 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.

AVALIAÇÃO

A avaliação será de caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. Dentro dos procedimentos avaliativos, serão utilizadas observações diárias dos estudantes, aplicação de exercícios, aplicação de provas escritas com ou sem consulta, provas práticas, e seminários. O processo de avaliação da aprendizagem ocorrerá segundo o Regulamento da Organização Didática - ROD do IFCE, 2016. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS, A.C.N. **Do campus para o campo**: tecnologias para a produção de ovinos e caprinos. Fortaleza: Gráfica Nacional, 2005, 288p.

NEIVA, A. C. G. R. (Org.) ; NEIVA, J. N. M. (Org.) . **Do Campus para o Campo**: Tecnologias para produção de Leite. 1. ed. Araguaína-TO: UFT/CNPq/FAPTO, 2006. v.1. 342p .

PEIXOTO, A.M., MOURA, J.C. & FARIA, V.P. **Bovinocultura leiteira**. Fundamentos da exploração racional. Piracicaba, SP: FEALQ, 1986. 326 p.

PEIXOTO, A.M.; MOURA, J.C.; FARIA, V.P. 1997. Confinamento de bovinos de corte. Piracicaba: FEALQ, 2000. 150p. PIRES, A.V. (ed.). **Bovinocultura de Corte**: volumes

I e II. Editora FEALQ: Piracicaba, 2010. ISBN 978-85-7133-069-5 e 978-85-7133-070-2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRIGUETO, J.M. **Nutrição Animal**. v. I e II. São Paulo. Nobel. 2002. 395p.

BARROS, J.P., et al. Produção animal e os impactos ao meio ambiente. **Colloquium Agrariae**, vol. 13, n. Especial, Jan–Jun, 2017, p. 381-390.

GUIMARÃES FILHO, C. Manejo básico de ovinos e caprinos: guia do educador. SEBRAE, 2009, 146p. Disponível em: <http://www.caprilvirtual.com.br/Artigos/ManejoBasicoOvinoCaprinoSebrae.pdf>.

MORRISON, F.B. 1966. Alimentos e Alimentação dos Animais. São Paulo. Melhoramentos. 892p.

XIMENES, Luciano J. F. Valores econômicos para características produtivas e reprodutivas de bovinos leiteiros do semi-árido. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. 56 p. (BNB Teses e Dissertações, 25). ISBN 9788577911257.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: PRODUÇÃO DE NÃO RUMINANTES		
Código: TASIII.2	Carga horária total: 80h	Créditos: 4
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S3	Pré-requisitos
Carga Horária	CH Teórica: 60 h	CH Prática: 20 h
	Presencial: 80h	Distância: --
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 16h	
	Extensão: --	
EMENTA		
<p>Anatomia e fisiologia do trato digestório Trato digestório e aproveitamento dos nutrientes em animais ruminantes e não ruminantes. Avicultura: Importância da avicultura; raças e linhagens; sistemas de criação; manejo geral de poedeiras e frangos de corte; manejo sanitário e alimentar; ambiência; instalações e equipamentos; planejamento, gerenciamento e controle da produção; produtos avícolas (carne e ovos). Suinocultura: Importância econômica e social; técnicas de produção de suínos; operações de manejo, sanidade e ambiência; nutrição aplicada a suinocultura; manejo de dejetos; planejamento, gerenciamento e controle da produção. Equinocultura: Aspectos gerais da produção de equinos; principais raças e manejo alimentar. Trato digestório e aproveitamento dos nutrientes em animais ruminantes.</p>		
OBJETIVOS		
<p>Desenvolver o senso crítico do aluno quando aos sistemas de produção de não-ruminantes; Conhecer as principais espécies e raças de animais não-ruminantes de interesse zootécnico, ressaltando as suas peculiaridades; Orientar sobre as instalações necessárias, manejo alimentar, geral, sanitário e reprodutivo de não-ruminantes; Construir o entendimento dos processos produtivos ligados à produção animal.</p>		
PROGRAMA		
<p>UNIDADE I – Anatomia e fisiologia do trato digestório Sistema digestório e aproveitamento de nutrientes em aves. Sistema digestório e aproveitamento de nutrientes em suínos. Sistema digestório e aproveitamento de nutrientes em equinos.</p> <p>UNIDADE II – Avicultura Situação atual da avicultura no Brasil e no mundo. Principais raças e linhagens de aves de interesse zootécnico. Técnicas de produção de aves de corte e postura: operações de manejo, sanidade e ambiência. Nutrição de aves. 2,6 Instalações e equipamentos. Técnicas de planejamento, gerenciamento e controle da produção. Produtos avícolas (carne e ovos). Efeito da produção de aves no meio ambiente.</p> <p>UNIDADE III – Suinocultura Origem do suíno. Histórico e evolução do suíno. Situação atual da suinocultura no Brasil e no mundo. Importância econômica e social da suinocultura.</p>		

Principais raças e linhagens; melhoramento genético.
Manejo geral, sanitário, reprodutivo e alimentar.
Ambiência; instalações e equipamentos.
Manejo de dejetos e biossegurança na suinocultura.
Técnicas de planejamento, gerenciamento e controle da produção.

UNIDADE IV – Equinocultura

Principais raças exploradas no Brasil.
Aspectos gerais da produção de equinos.
Nutrição de equinos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Serão adotadas estratégias de ensino/aprendizagem pautadas na indissociabilidade teoria/prática, por meio de situações e vivências científico/profissionais como visitas técnicas, atividades de laboratórios, construção de oficinas, experiências em empresas, desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou intervenção, simulações, observações, participação em atividades de extensão rural e social, exposições orais e escritas, utilização de tecnologias de informação e comunicação, dentre outras. Serão ainda adotados instrumentos diversificados de avaliação da aprendizagem que possibilitem ser formativa, contínua e processual quanto ao desempenho dos estudantes e ao período letivo, bem como procedimentos de recuperação paralela como forma de potencializar a aprendizagem. As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser:

- 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos;
- 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos;
- 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.

AVALIAÇÃO

A avaliação será de caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. Dentro dos procedimentos avaliativos, serão utilizadas observações diárias dos estudantes, aplicação de exercícios, aplicação de provas escritas com ou sem consulta, provas práticas, e seminários. O processo de avaliação da aprendizagem ocorrerá segundo o Regulamento da Organização Didática - ROD do IFCE, 2016. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBINO, L. F. T.; TAVERNARI, F.C. Produção e manejo de frangos de corte. Viçosa, MG: UFV, 2008. 88p.

CINTRA, A. G. C. O cavalo: características, manejo e alimentação. 1.ed. São Paulo: Editora Roca. 384p.

MAFESSONI, E.L. Manual prático de suinocultura. v.1. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006. 272p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRIGUETO, J.M. **Nutrição Animal**. v. I e II. São Paulo. Nobel. 2002. 395p.

BARROS, J.P., et al. Produção animal e os impactos ao meio ambiente. **Colloquium Agrariae**, vol. 13, n. Especial, Jan–Jun, 2017, p. 381-390.

CAVALCANTI, S.S. Suinocultura dinâmica. Belo Horizonte: FEP/MVZ Editora.

2000.494p.

MACARI, M.; MENDES, M. Manejo de matrizes de corte. Campinas, SP: FACTA, 2005. 421p.

MALAVAZZI, G. Avicultura: manual prático. São Paulo. Editora Nobel, 1999. 156 p.

MARQUES, D. Fundamentos básicos de incubação industrial. São Paulo: CASP, 1994. 143 p. 26.

MORENG, R e AVENS, J. S. Ciência e Produção de Aves. São Paulo: Rocca, 1990.

MORRISON, F.B. 1966. Alimentos e Alimentação dos Animais. São Paulo. Melhoramentos. 892p.

SOBESTIANSKY, J. (Ed.) et al. Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho. Brasília: Embrapa: Embrapa - SPI; Concórdia: Embrapa - CNPSa, 1998.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: CULTURAS ANUAIS		
Código: TASIII.3	Carga horária total: 80h	Créditos: 4
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S3	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 60 h	Carga Horária Prática: 20 h
	Presencial: 80h	Distância: --
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 16h	
	Extensão: --	
EMENTA		
<p>Importância das culturas anuais. Sistema de plantio direto; agricultura de precisão. Ecofisiologia e sistemas de produções das principais culturas anuais: feijão, milho, sorgo, soja, algodão, girassol e amendoim. Noções de colheita e de pós-colheita das culturas anuais.</p>		
OBJETIVOS		
<p>Proporcionar aos estudantes conhecimentos básicos sobre as técnicas de produção de culturas anuais, com ênfase nas culturas de feijão, milho, soja, algodão, girassol, amendoim e sorgo, de maneira a desenvolver e aplicar conhecimento para o reconhecimento de problemas relacionados à produção, visando à adoção de medidas que resultem em maior produtividade no campo.</p>		
PROGRAMA		
<p>1. Importância das culturas anuais; 2. Sistema de plantio direto; 3. Agricultura de precisão; Principais culturas anuais (tópicos a serem abordados para cada cultura: importância econômica, origem e distribuição geográfica; importância econômica; estudo da Planta; ecofisiologia; nutrição mineral, calagem e adubação; preparo da área agrícola; instalação da cultura (plantio); preparo do solo; qualidade e preparo da semente; semeadura; condução da cultura (tratos culturais); Manejo de plantas daninhas; Manejo de pragas e doenças; colheita e beneficiamento. a. Feijão; b. Milho; c. Soja; d. Algodão; e. Girassol; f. Sorgo; g. Amendoim. 4. Noções de colheita e armazenamento de culturas anuais.</p>		
METODOLOGIA DE ENSINO		
<p>A disciplina será ministrada de forma presencial, com aulas teóricas expositivas, aulas práticas em campo aberto e visitas técnicas. As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos; 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos; 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas. 		
AVALIAÇÃO		
<p>A avaliação será de caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. Os recursos avaliativos serão baseados no § 1º alínea de I a XV do Art. 94 do Regulamento da Organização Didática. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.</p>		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, P.R.C.; KLUGE, R.A. **Ecofisiologia de cultivos anuais**. São Paulo: Nobel, 1999.

VENZON, M., TRAZILBO JR, J. de P. **101 culturas: Manual de tecnologias agrícolas**: Belo Horizonte-MG, EPAMIG.2007, 800 p

GALVÃO, J. C. C.; MIRANDA, G. V. **Tecnologias de produção do milho**: Economia, cultivares, biotecnologia, safrinha, adubação, quimigação, doenças, plantas daninhas e pragas. UFV, 2004, 366p.

FREIRE FILHO, F.R.; LIMA, J.A.A.; RIBEIRO, V.Q. **Feijão caupi**: avanços tecnológicos. Brasília: EMBRAPA, 2005.

MOLIN, J. P., AMARAL, L. R., COLACO, A. F. **Agricultura de precisão**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015 p.238.

SALTON, J. C.; HERNANI, L. C.; FONTES, C. Z. **Sistema Plantio Direto**. Brasília: Embrapa, 1998.

VIEIRA, N.R.; SANTOS, A.S.; SANT'ANA, E. P. **A cultura do arroz no Brasil**. Goiás: EMBRAPA, 1999.

BELTRÃO, N. E. de M.; ARAÚJO, A. E. **Algodão**: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Embrapa Algodão, Brasília: DF, 2004, 265p.

SANTOS, R. C.; FREIRE, R. M. M.; SUASSUNA, T. M. F. **Amendoim**: o produtor pergunta, a Embrapa responde Embrapa Informação Tecnológica. Brasília: DF, 2009, 240 p

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: IRRIGAÇÃO E DRENAGEM		
Código: TASIII.4	Carga horária total: 80h	Créditos: 4
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S3	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 60 h	Carga Horária Prática: 20 h
	Presencial: 80h	Distância: --
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 16h	
	Extensão: --	
EMENTA		
<p>Água no solo; Relação solo, água, planta, atmosfera; Qualidade da Água para Irrigação e Salinização do Solo; Medição de Água para Irrigação; principais métodos de irrigação; Manejo Racional da Irrigação; Drenagem.</p>		
OBJETIVOS		
<p>Capacitar os discentes a manejar a água em sistemas agropecuários, visando beneficiar a produção agropecuária, com mínimo impacto ambiental. Capacitá-los a identificar o método e o sistema de irrigação mais adequado a cada realidade, considerando a quantidade e qualidade da água, clima, solo e cultura a ser irrigada.</p>		
PROGRAMA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Água no solo; 2. Relação solo, água, planta, atmosfera; 3. Qualidade da Água para Irrigação e Salinização do Solo; 4. Medição de Água para Irrigação; 5. Irrigação por Superfície; 6. Irrigação por Aspersão; 7. Irrigação Localizada (Gotejamento e Microaspersão); 8. Manejo Racional da Irrigação; 9. Drenagem. 		
METODOLOGIA DE ENSINO		
<p>Aulas teóricas expositivo-dialogadas e aulas práticas em laboratório/campo, aplicação de exercícios práticos e teóricos com avaliações por meio de provas escritas e trabalhos. As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos; 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos; 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas. 		
AVALIAÇÃO		
<p>A avaliação será de caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. Os recursos avaliativos serão baseados no § 1º alínea de I a XV do Art. 94 do Regulamento da Organização Didática. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

BERNARDO, S.; SOARES, A.A.; MANTOVANI, E.C. **Manual de Irrigação**. Viçosa: ed 8. UFV, 2006.

REICHARDT, K.; TIMM, L.C. **Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações**. São Paulo: Manole, 2012. 497p.

MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L. F.; **Irrigação princípios e métodos**. Viçosa-Mg, UFV, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAUDURO, F. A.; DORFMAN, R. **Manual de ensaios de laboratório e de campo para Irrigação e Drenagem**. Porto Alegre: PRONI: IPH-UFRGS. 1990.

DAKER, A. **Irrigação e drenagem**. Livraria Freitas Bastos, 1987.

LOPES, J. D. S.; LIMA, F. Z.; OLIVEIRA, F. G. **Irrigação por aspersão convencional**. Viçosa-Mg. Aprenda Fácil. 2009.

REICHARDT, K. **Processos de Transferência no sistema solo-planta atmosfera**. Campinas: Fundação Cargill, 1985. 466p.

REICHARDT, K. **A água em sistemas agrícolas**. São Paulo: Manole. 1986.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: FORRAGICULTURA		
Código: TASIII.5	Carga horária total: 40h	Créditos: 2
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S3	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 30 h	Carga Horária Prática: 10 h
	Presencial: 40h	Distância: --
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: --	
EMENTA		
<p>Morfologia de Poaceas e Fabaceas; Principais Plantas Forrageiras: Origem; Importância Econômica; Botânica; Composição Química; Valor nutritivo; Implantação de Pastagens (preparo do solo, calagem e adubação) e Tratos Culturais; Qualidade e Manejo de Sementes e Mudanças; Formas de Plantio Semeadura ou Plantio; Consorciação Poaceas e Fabaceas e Outras Culturas; Formas de Manejo de Forragem e pastagens; Controle de Degradação de Pastagens; Controle de Plantas Invasoras; Conservação de Forragens: Ensilagem, Fenação; Planejamento Forrageiro</p>		
OBJETIVOS		
<p>Conhecer as características das principais espécies forrageiras e ser capaz de identifica-las e recomenda-las de acordo com as características edafo-climáticas dos locais a serem implantadas. Compreender e apresentar os principais métodos de propagação das espécies forrageiras. Entender e executar os métodos de manejo de plantas forrageiras cultivadas para corte e para pastejo direto.</p>		
PROGRAMA		
<p>Principais plantas forrageiras: origem e importância econômica; 2. Conhecimentos morfofisiológicos aplicados ao manejo de forrageiras e pastagens, ecologia e ecossistema das pastagens; 3. Noções sobre melhoramento de plantas forrageiras. Produção de sementes e mudas forrageiras; 4. Implantação de áreas de forragens. 5. Cultivares forrageiras. Tratos culturais. Consorciação; 6. Formação e manejo de pastagens; 7. Medidas de controle de espécies vegetais espontâneas; 8. Custo de implantação de área; 9. Correção do solo e adubação de plantas forrageiras; 10. Manejo</p>		
METODOLOGIA DE ENSINO		
<p>Aulas expositivas, com apresentações de informações, conhecimentos, situações e discussão dos conteúdos abordados, sempre relacionadas com a atividade profissional. Em algumas aulas, serão utilizados textos de trabalhos e artigos para leitura. Visitas técnicas. As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos; 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos; 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas. 		
AVALIAÇÃO		

A avaliação é realizada de forma processual e cumulativa. A saber: avaliações escritas, seminários, atividades práticas, trabalhos extra-sala de aula e dinâmicas em sala. Os critérios para avaliação das atividades realizadas por meio de relatórios, provas discursivas, estudos dirigidos e dinâmicas de aulas práticas e expositivas envolverão clareza, objetividade, coerência textual, domínio de conteúdo e envolvimento com as atividades propostas. Para as atividades de apresentação de seminário e de estudos dirigidos na modalidade oral, expositiva, o estudante será avaliado pelos critérios já acima listados, além de postura, condução da atividade proposta e do tempo de exposição. A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei. A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALCÂNTARA, P. B.; BUFARAH, G. Plantas Forrageiras: gramíneas e leguminosas. São Paulo: Nobel. 1988.

DEMNICIS, B. B. et al. Leguminosas Forrageiras Tropicais: características importantes, recurso genético e causa dos insucessos de pastagens consorciadas. Viçosa, MG: Aprenda fácil, 2009. 167 p. ISBN 9788562032059.

PEIXOTO, A. M. (ed.) et al. A Planta Forrageira no Sistema de Produção. In: SIMPÓSIO SOBRE MANEJO DA PASTAGEM, 17., 2001, Piracicaba. Anais [...]. 2. ed. Piracicaba, SP: FEALQ, 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MACEDO, M. C. M.; ARAÚJO, A. R. Sistemas de integração lavoura-pecuária: alternativas para recuperação de pastagens degradadas. In: BUNGENSTAB, D. J. Sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta: a produção sustentável. 2. ed. Brasília: Embrapa, 2012.

SANTOS, M. E. R.; FONSECA, D. M. Adubação de pastagens em sistemas de produção animal. Viçosa: UFV, 2016. 311 p.

SILVA, S. C. da; NASCIMENTO JÚNIOR, D. do; EUCLIDES, V. B. P., Pastagens: conceitos básicos produção e manejo. Viçosa: Suprema, 2008.

SILVA, S. Pragas e doenças de plantas forrageiras: como controlar e combater infestações. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. ISBN 9788562032394. VILELA, H. Pastagem. Viçosa, MG: Aprenda fácil

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA		
Código: TASIII.6	Carga horária total: 40h	Créditos: 2h
Nível: Técnico Subsequente	Semestre: S3	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 30 h	Carga Horária Prática: 10 h
	Presencial: 40h	Distância: --
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: --	
EMENTA		
<p>Segurança na condução e na operação dos tratores e máquinas agrícolas. Elementos básicos de mecânica, sistema de transmissão, formas de aproveitamento de energia, motores de combustão interna, tratores agrícolas, dimensionamento de conjuntos mecanizados, capacidade operacional, custo de maquinaria agrícola, sistemas de preparo do solo, plantio, tratos culturais, aplicação de defensivos agrícolas e colheita.</p>		
OBJETIVOS		
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar e habilitar o discente a discorrer sobre os princípios básicos de funcionamento e dimensionamento dos motores de combustão interna e dimensionamento dos tratores agrícolas; • Desenvolver estudos inerentes ao planejamento, orientação, monitoramento e uso de máquinas, implementos agrícolas obedecendo às normas de segurança, • Utilização adequada dos equipamentos e máquinas agrícolas, visando sua otimização e viabilidade da obtenção de boas produtividades agropecuárias, com a racionalização dos custos e a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente. 		
PROGRAMA		
<p>Unidade I - Descrição dos tratores agrícolas.;</p> <p>Unidade II - Identificação dos principais controles e instrumentos dos tratores agrícolas;</p> <p>Unidade III - Segurança e Prevenção de Acidentes com Máquinas Agrícolas</p> <p>3.1 Dispositivos de Segurança em Máquinas Agrícolas;</p> <p>3.2 Procedimentos de Segurança na Condução e Operação de Máquinas Agrícolas.</p> <p>Unidade IV - Desempenho dos Motores de Combustão Interna:</p> <p>4.1 Consumo de Combustível</p> <p>4.2 Curvas características de um Motor de Combustão Interna</p> <p>4.3 Seleção de Motores de Combustão Interna</p> <p>Unidade V - Manutenção periódica dos tratores e máquinas agrícolas:</p> <p>5.1 Manutenção diária;</p>		

- 5.2 Manutenções periódicas indicadas pelo fabricante;
5.3 Manutenções esporádicas indicadas pelo fabricante.

Unidade VI - Operações com implementos agrícolas

- 6.1 Aração convencional;
6.2 Gradagem convencional;
6.3 Semeadura e adubação;
6.4 Tecnologia de Aplicação de defensivos Agrícolas.
6.5 Distribuidora de Corretivos
6.6 Subsolação e Escarificação

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, estudo dirigido, seminários, grupos de estudos, apresentação de vídeos.

Aula Prática: Visitas técnicas a unidades produtoras e fábricas de ração.

Materiais: Quadro branco, computador e data show, trator agrícola, grade, pulverizador de barra, semeadora e colhedora de forragem. As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser:

- 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos;
- 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos;
- 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.

AVALIAÇÃO

Observação do rendimento e desempenho mediante observações, registros, análise de trabalhos, relatórios, provas e seminários. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVEIRA, G. M. **Os cuidados com o trator**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.312p.

SILVEIRA, G.M. **Máquinas para plantio e condução das culturas**. Viçosa: Aprenda.Fácil, 2001. 334 p.

BALASTREIRE, L. A. **Máquinas Agrícolas**. São Paulo: Manole, 307p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MIALHE, L. G. **Máquinas motoras na agricultura**.São Paulo: EPU. Universidade de São Paulo, 1980.

GALETI, P. A. **Mecanização agrícola – preparo do solo**.Campinas: InstitutoCampeneiro de Ensino Agrícola, 1981.

SILVEIRA, G.M. **Máquinas para a Pecuária**. São Paulo: Nobel, 1997. 167 p.

SILVEIRA, G.M. **Máquinas para colheita e transporte**. São Paulo: Aprenda Fácil,2001. 290 p.

PORTELLA, J.A. **Colheita de grãos mecanizada**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000 PORTELLA, J.A. **Semeadoras para plantio direto**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL

Ceará

Campus Boa Viagem

DISCIPLINA: QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL

Código: OPT-1	Carga horária total: 40h	Créditos: 2
Nível: Técnico Subsequente	Semestre:	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 40 h	Carga prática: 00h
	Presencial: 40h	
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: --	

EMENTA

As origens africanas e indígenas no Brasil. Aportes dos africanos e indígenas à formação social e cultural do Brasil e do Ceará. O sistema escravista no Brasil e no Ceará. Questão étnico-racial no Brasil e Ceará.

OBJETIVOS

Proporcionar espaço para a reflexão sobre as questões referentes às relações étnico-raciais no Brasil durante o processo de formação profissional técnico em agropecuária .

PROGRAMA

1. História e cultura africana no Brasil.
 - Introdução à geografia e história da África.
 - As origens africanas e as nações africanas representadas no Brasil e Ceará.
 - Cosmologia africana: valores civilizatórios africanos presentes na cultura brasileira.
 - Ancestralidade e ensinamentos das religiosidades tradicionais africanas nas diversas dimensões do conhecimento no Brasil.
2. História e cultura indígena no Brasil e Ceará.
 - A história indígena entre equívocos e omissões.
 - O índio em meio ao processo de construção da identidade nacional.
 - A abordagem da história indígena e da colonização nos primórdios da historiografia brasileira e cearense.
 - Ancestralidade e ensinamentos das religiosidades tradicionais indígenas nas diversas dimensões do conhecimento no Brasil.
3. O sistema escravista no Brasil e no Ceará.
 - Dinâmica social da escravidão no Brasil e Ceará.
 - Resistência indígena e africana.
4. Questão étnico-racial no Brasil e Ceará.
 - História e contextualização atual;
 - Cultura e identidade;
 - Movimentos sociais;
 - Legislações e Movimentos Sociais.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, estudo dirigido, seminários, grupos de estudos, apresentação de vídeos.

Aula Prática: Visitas técnicas a elementos histórico e culturais do Ceará.

Materiais: Quadro branco, computador e data show, trator agrícola, grade, pulverizador de barra, semeadora e colhedora de forragem. As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser:

- 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos;
- 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos;
- 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.

AVALIAÇÃO

Observação do rendimento e desempenho mediante observações, registros, análise de trabalhos, relatórios, provas e seminários. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACEDO, JOSÉ R (org.). O pensamento africano no século XX. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

KOPENAWA, Albert e Bruce, Davi. A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Simone. História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. 416 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HOOKS, B. Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade. Editora WMF Martins Fontes. 288 p. 2017.

TREVISAN, Leonardo. Abolição: um suave jogo político? São Paulo: Moderna, 1988. 55 p. (Polêmica). ISBN 85-16-00356-6.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: LIBRAS		
Código: OPT-2	Carga horária total: 40	Créditos: 2
Nível: Técnico Subsequente	Semestre:	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 40 h	Carga Horária prática: 00 h
	Presencial: 40h	Distância: --
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: --	
EMENTA		
<p>História da Língua de Sinais. Concepção sociocultural sobre a surdez e implicações sociais, linguísticas, legais e culturais. Abordagens educacionais para educação de surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Introdução aos aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos da Libras.</p>		
OBJETIVOS		
<p>Objetivos gerais: Reconhecer a utilização da Língua Brasileira de Sinais como forma de promoção da acessibilidade na Administração Pública. Perceber o surdo como parte integrante da Sociedade em sua organização social e cultural. Conhecer os aspectos teóricos e práticos da utilização da Língua Brasileira de Sinais. Entender aspectos gramaticais, linguísticos e sintáticos da Libras em nível básico de conhecimentos. Compreender o processo histórico da Língua Brasileira de Sinais, sua estrutura e principais repercussões no campo linguístico, na cultura surda e educação das pessoas surdas. Através de seminários e palestras, promover discussões acerca de temas transversais, como: inclusão, acessibilidade, capacitismo e diversidade.</p> <p>Objetivos Específicos: Ao final de cada unidade, o discente deve estar preparado para: 1. Discutir a mudança conceitual sobre as pessoas surdas ao longo da história; 2. Analisar o status atribuído à língua de sinais nas filosofias educacionais para surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo; 3. Reconhecer aspectos da identidade e cultura surda; 4. Discriminar os aspectos fonológicos e morfossintáticos da Libras; 5. Praticar conversação básica conforme léxico abordado na disciplina.</p>		
PROGRAMA		
<p>1. UNIDADE I - História da Língua de Sinais e sua evolução aqui no Brasil 1.1 Principais fatos históricos sobre as línguas de sinais no mundo e no Brasil 1.2. As comunidades linguísticas de surdos 1.3. Mitos sobre as línguas de sinais.</p> <p>2. UNIDADE II - Filosofias educacionais para a educação de surdos 2.1. Oralismo 2.2. Comunicação Total 2.3. Bilinguismo</p> <p>3. UNIDADE III - O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais e principais desdobramentos. 3.1. Lei 10436/2002 (Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.) 3.2. Decreto 5626/2005 (Regulamenta a Lei 10436/2002).</p> <p>4. UNIDADE IV - A cultura surda 4.1. O Povo Surdo 4.2. Artefatos Culturais do Povo surdo 4.3. A cultura e a Identidade Surda.</p> <p>5. UNIDADE V - Aspectos fonológicos da Língua Brasileira de Sinais 5.1. Os parâmetros fonológicos da Libras 5.2. Pares mínimos 5.3. A estrutura sublexical: simultaneidade e sequencialidade.</p> <p>6. UNIDADE VI - Aspectos morfológicos da Língua Brasileira de Sinais 6.1. A marcação de gênero 6.2. Processos de derivação da Libras 6.3. Classificação verbal da Libras</p>		

7. UNIDADE VII - Aspectos sintáticos da Língua Brasileira de Sinais

7.1. A sintaxe espacial

7.2. Estrutura da frase em Libras: sentenças afirmativas, interrogativas e negativas .

8. UNIDADE VIII - Língua de Sinais (básico)

8.1. Alfabeto datilológico

8.2 Saudações

8.3 Pronomes

8.4 Advérbios

8.5 Números e quantidade

8.6 Relações de parentesco

8.7 Valores monetários

8.8 Noções de tempo

8.9 Calendário

8.10 Meios de comunicação

8.11 Tipos de verbos

8.12 Animais

8.13 Objetos

8.14 Classificadores

8.15 Meios de transportes

8.16 Alimentos

8.17 Profissões

8.18 Material escolar

8.19 Adjetivos.

PALESTRAS / SEMINÁRIOS / LIVES - com os seguintes temas: “A luta anticapacitista - nossas atitudes fazem a diferença” “Diversidade e inclusão no ensino superior” “Direitos da Pessoa Com Deficiência (PcD)” “Panorama da Educação Especial e Inclusiva”.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Ministradas em sala, ou outro ambiente que facilite o processo de ensino-aprendizagem, por meio expositivo-dialógico e com discussões com resolução de exercícios, onde a ênfase está em demonstrações conceituais e fundamentos essenciais;
- Como recursos de apoio, tem-se a utilização do quadro branco, projetor de slides e livro(s) de referência(s) Libras e projetos interdisciplinares;
- A LIB compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, por meio de experiências profissionais supervisionadas pelo professor, onde a ênfase é o estímulo à consolidação de um perfil pró-ativo, com a autoconfiança necessária para uma atuação profissional protagonista
- Deverá ser dada prioridade à realização de projetos interdisciplinares, tais como, por exemplo, a articulação em especial com a disciplina de Educação Especial, Inclusiva e Tecnologias Assistivas, assim como de Seminários de Questões Contemporâneas, possibilitando o diálogo entre diferentes disciplinas ou turmas, de maneira a integrar os conhecimentos distintos e com o objetivo de dar sentido a eles.
- Como sugestão de recursos de apoio, tem-se a realização de projetos finais para a disciplina, investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou outros trabalhos acadêmicos, visitas técnicas, simulações e observações as quais deverão ser desenvolvidas nos diversos ambientes de aprendizagem, como oficinas, incubadoras, empresas pedagógicas ou salas na própria instituição de ensino ou em entidades parceiras.

As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser:

- 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos;
- 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos;

- 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.

AVALIAÇÃO

O processo avaliativo é composto de trabalhos de natureza teórico-prática a serem desenvolvidos individualmente ou em grupos, sendo enfatizados o uso dos projetos e resoluções de situações. Para tanto, será utilizada a fórmula definida no Regulamento de Organização Didática (ROD) IFCE. O processo de avaliação envolverá diferentes instrumentos, dentre os quais: uma avaliação diagnóstica inicial individual e em grupo; provas individuais; trabalhos práticos realizados em grupo; pesquisas históricas e conceituais; relatórios de atividades; seminários. O instrumento final de avaliação e de recuperação final envolverá uma avaliação individual contendo questões sobre os conteúdos estudados. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GESSER, A. Libras? Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
2. PIMENTA, N; QUADROS, R. M. Curso de Libras. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006.
3. QUADROS, R. M. de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALMEIDA, E. C. de et al. Atividades ilustradas em sinais das LIBRAS, Rio de Janeiro: Revinter, 2004.
2. CAPOVILLA, F; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
3. FELIPE, T. A. Libras em contexto: curso básico. Livro e DVD do estudante. Rio de Janeiro: Wallprint Gráfica e Editora, 2007.
4. QUADROS, R.M; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
5. QUADROS, R. M. de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília, DF: MEC, 2004.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL

Ceará

Campus Boa Viagem

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA		
Código: OPT-3	Carga horária total: 40h	Créditos: 2
Nível: Técnico Subsequente	Semestre:	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 30 h	Carga Pática: 10 h
	Presencial: 40	Distância: --
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão	
EMENTA		
Práticas Corporais. Esportes individuais, esportes coletivos, atividades físicas voltadas para a saúde (nas dimensões física, social e cultural), manifestações do lazer e o desenvolvimento da cultura corporal de movimento humano.		
OBJETIVOS		
Objetivo Geral: Ampliar a formação acadêmica por meio de práticas corporais voltadas para o desenvolvimento das bases da cultura corporal de movimento, conhecimento sobre o corpo, saúde e sociedade, bem como estimular o pensamento crítico acerca da importância e o tratamento desses temas no contexto contemporâneo.		
Objetivos Específicos: 1. Apresentar ao aluno conceitos sobre a importância da atividade física e qualidade de vida; 2. Promover a construção de práticas corporais com a identificação do multiculturalismo e a diversidade de saberes; 3. Debater o conceito de esportes eletrônicos e o treinamento físico funcional.		
PROGRAMA		
1. Unidade I - História da educação física brasileira. Exercício físico e qualidade de vida. Educação Física e esportes no século 21.		
2. Unidade II – Manifestações das práticas corporais nas diferentes culturas. Multiculturalismo e os diversos saberes.		
3. Unidade III – Educação Física e a cultura digital. Educação Física e o fenômeno dos esportes eletrônicos.		
4. Unidade IV - Bases biomecânicas do movimento humano. Treinamento físico funcional.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas teóricas: expositivas, demonstrativas e práticas em ambiente próprio ou alternativo para a prática de atividades físicas e esportivas, utilizando de uma perspectiva pedagógica crítica, feedback aumentado no ensino de técnicas, saberes e materiais esportivos diversos. Aulas práticas: Ministradas na quadra coberta do campus, ou outro ambiente que facilite a consolidação dos conceitos fundamentais, por meio do uso e melhoramento de suas habilidades de trabalho ativo. As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser: 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos; 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos; 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas.		
AVALIAÇÃO		
O processo avaliativo deve ser contínuo e constante durante todo o processo de ensino-aprendizagem, com o propósito de analisar o progresso do aluno, criando indicadores capazes de apontar meios para ajudá-lo na construção do conhecimento.		

Desta forma, para início do processo ensino-aprendizagem, sugere-se avaliações diagnósticas, como forma de se construir um panorama sobre as necessidades dos alunos e, a partir disso, estabelecer estratégias pedagógicas adequadas e trabalhar para desenvolvê-los, inclusive evidenciando os casos que necessitarão de métodos diferenciados em razão de suas especificidades, tais como a necessidade de inclusão. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. WAGNER WEY MOREIRA (ORG.). Educação física & esportes: Perspectivas para o século XXI. Papirus. Livro. (260 p.).2016. ISBN 9788544900369. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788544900369>. Acesso em: 4 set. 2022.
2. ADEMIR DE MARCO (ORG.). Educação física: Cultura e sociedade - Contribuições teóricas da educação física no cotidiano da sociedade brasileira. Papirus. Livro. (196 p.). ISBN 9788544901137. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788544901137>. Acesso em: 4 Oct. 2022.
3. NEIRA, Marcos Garcia. Educação física cultural: inspiração e prática pedagógica. 2. ed. rev. ampl. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. 114 p. ISBN 9788546219193.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARAÚJO, Allyson Carvalho de; OLIVEIRA, Márcio Romeu Ribas de; SOUZA JÚNIOR, Antonio Fernandes de (Org.). Formação continuada em educação física no diálogo com a cultura digital. João Pessoa: IFPB, 2019. ISBN 9788554885236. E-book.
2. BOYLE, Michael. Avanços no treinamento funcional. Porto Alegre: Artmed, 2015.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia de Atividade Física para a População Brasileira [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.54p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.
4. HAMILL, J; KNUTZEN, K M. Bases biomecânicas do movimento humano. Tradução de Fernando Gomes do Nascimento. 2.ed. Barueri: Manole, 2008
5. RANGEL, Irene Conceição Andrade et al. Educação Física Escolar e multiculturalismo: possibilidades pedagógicas. Motriz. Journal of Physical Education. UNESP, p. 156-167, 2008. DOI <https://doi.org/10.5016/1307>. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/1307>. Acesso em: 25 mai. 2021.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: ARTES		
Código: OPT-4	Carga Horária total: 40	Créditos: 2
Nível: Técnico Subsequente	Semestre:	Pré-requisitos:
Carga Horária	CH Teórica: 30 h	Carga Pática: 00 h
	Presencial: 40h	Distância: --
	Prática Profissional:	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: --	
EMENTA		
<p>Conceito, significados, funções e elementos da arte. História da arte (da Rupestre ao Modernismo). Arte plástica/visual/musical.</p>		
OBJETIVOS		
<p>Estimular o senso crítico do educando em relação ao conceito de arte dentro de um contexto histórico-filosófico.</p> <p>Explorar as manifestações artísticas em todos os aspectos possíveis (teatro, música, pintura, etc.) comose apresentam em cada período estudado.</p>		
PROGRAMA		
<p>Unidade I - O que é Arte? - Conceito - A Arte no dia-a-dia das pessoas - Linguagens da Arte - Funções da Arte.</p> <p>Unidade II - História da arte (da Rupestre ao Modernismo). - Arte pré-histórica e mesopotâmica - Arte egípcia - Arte grega - Arte romana - Arte românica e gótica - Renascimento - Barroco - Neoclassicismo e Romantismo - Impressionismo / Belle Époque / Art Nouveau - Expressionismo e Cubismo - Futurismo e Dadaísmo - Surrealismo - Arte Op, Arte Pop.</p> <p>Unidade III- Arte plástica/visual/musical. Elementos constitutivos da linguagem visual/plástica e musical</p>		
METODOLOGIA DE ENSINO		
<p>As atividades serão desenvolvidas por meio de estudos teóricos e práticos, exposições, reflexões, produções e vivência dos conteúdos em questão. As atividades didático pedagógicas planejadas para as atividades não presenciais podem ser:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Leitura, análise crítica, resenhas e/ou fichamentos; 2) Exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos; 3) Estudos de casos, relatórios, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problemas reais e/ou simuladas. 		
AVALIAÇÃO		
<p>A avaliação dar-se-á considerando a participação dos alunos nas atividades propostas individualmente e em grupos, a produção, a vivência e participação nos grupos de interesse (talentos), projetos. Ocorrerão em caráter sistemático e processual, utilizando-se, também, testes e provas escritas. A entrega das atividades não presenciais serão consideradas para o rendimento acadêmico do discente.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAUQUELIN, Anne. Teorias da arte. Tradução Rejane Janowitz. São Paulo: Martins, 2005. ARTES. Apostila de artes S1. Org. Vicente Juciê Sobreira Junior. Textos extraídos da internet e livros. 2. BOZZANO, H., L., B.; FRENDIA, P.; GUSMÃO, T., C. Arte em Interação. Ibeb. 		

Volume único. Ensino Médio. 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. UTUARI, S.; FERRARI, P.; SARDO, F; LIBÂNEO, D. Por toda Parte. Volume Único. Ensino Médio. Editora FTD. 1a ed 2013.
2. GODOY, Elena...[et AL.]. Por dentro da Arte [livro eletrônico]. 1o Ed. Curitiba. Intersaberes, 2013.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

PLANO DE ATIVIDADES DO ESTAGIÁRIO
(PARTE INTEGRANTE DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO)

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA E SUPERVISOR:

Nome da Empresa:	
ENDEREÇO:	CEP:
CIDADE:	CNPJ:
TELEFONE:	
HORARIO DE FUNCIONAMENTO:	
E-MAIL:	
SUPERVISOR DO ESTÁGIO DESIGNADO PELA EMPRESA:	
CARGO/QUALIFICAÇÃO:	

2. IDENTIFICAÇÃO DO ESTAGIARIO:

NOME:	Telefone:
CURSO:	Semestre:
PERÍODO DO ESTÁGIO: ____ / ____ / ____ a ____ / ____ / ____ Horário: ____ às ____	
Remunerado: () Não () Sim Valor da bolsa: R\$ _____	
Setor de realização do estágio:	

3. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

Campus:	
Professor Orientador:	Telefone:
E-mail do Professor Orientador:	

4. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO:

5. RESULTADOS ESPERADOS:

Assinatura e Carimbo do Supervisor na Parte Concedente

Assinatura do(a) Estagiário(a)

Assinatura e Carimbo do Professor Orientador IFCE